



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Sapucaia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Sapucaia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a evolução da taxa de pobreza em Sapucaia, na RI Araguaia e no estado do Pará apresentou oscilações marcantes. Em Sapucaia e na RI Araguaia, a taxa inicialmente permaneceu estável entre 2019 e 2020, próxima de 28% a 29%, enquanto o estado do Pará apresentava níveis mais elevados, por volta de 41% a 42%. A partir de 2021, observa-se um aumento significativo nas três esferas territoriais, evidenciado especialmente em 2022, ano em que a taxa atingiu seu pico: 48,2% em Sapucaia, 44,8% na RI Araguaia e 59,5% no Pará. Esse salto pode estar associado aos efeitos econômicos e sociais da pandemia de COVID-19, que ampliou a vulnera-

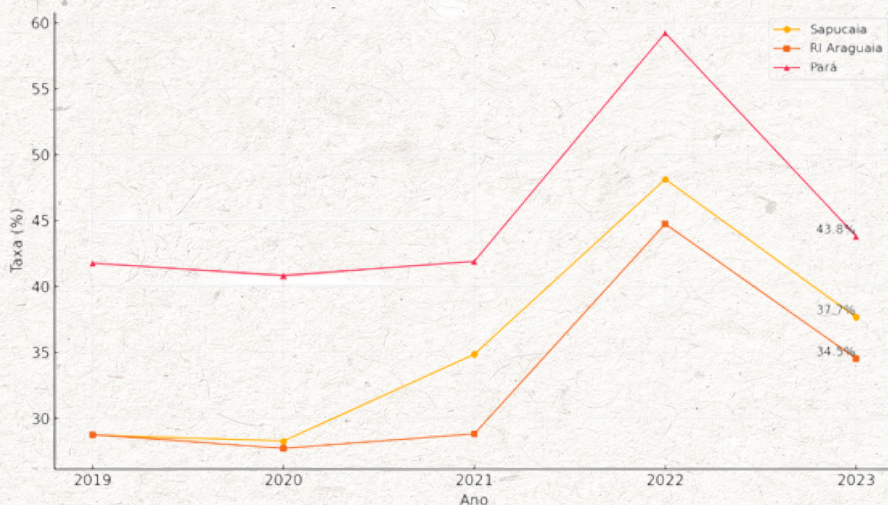
bilidade de grande parte da população (Gráfico 1).

No ano de 2023, a taxa de pobreza recuou, embora tenha se mantido em níveis superiores aos observados antes de 2021. Em Sapucaia, o indicador caiu para 37,7%, enquanto na RI Araguaia e no estado do Pará as reduções levaram os índices a 34,5% e 43,8%, respectivamente. Apesar dessa queda, os valores ainda indicam um cenário de elevada vulnerabilidade, especialmente no Pará, que mesmo com a redução, permanece com uma taxa bastante acima das demais esferas analisadas. A diferença entre Sapucaia e a média da RI Araguaia diminuiu, refletindo

uma tendência de maior aproximação no comportamento regional (Gráfico 1).

Observando o período completo, nota-se que a taxa de pobreza seguiu uma tendência de estabilidade inicial, seguida de forte deterioração em 2021 e 2022, e posterior recuperação em 2023. Mesmo assim, os patamares atuais ainda estão acima dos níveis de 2019, sinalizando que a recuperação socioeconômica pós-pandemia ainda é parcial. A análise evidencia a necessidade de políticas públicas mais robustas para consolidar a redução da pobreza, especialmente no contexto estadual, onde o impacto parece ter sido mais prolongado e profundo (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em relação às despesas públicas com serviços essenciais, o comportamento observado entre 2019 e 2023 foi predominantemente de queda, sobretudo no município de Sapucaia. Em 2019, Sapucaia destinava cerca de 65,9% de seu orçamento para serviços essenciais, mas esse percentual foi caindo de forma consistente até atingir o ponto mais baixo em 2022, com 58,8%. A RI Araguaia e o estado do Pará também apresentaram quedas, embora menos acentuadas, com percentuais saindo de aproximadamente

64,5% e 62,8% em 2019, para 61,8% e 59,5% em 2022, respectivamente (Gráfico 2).

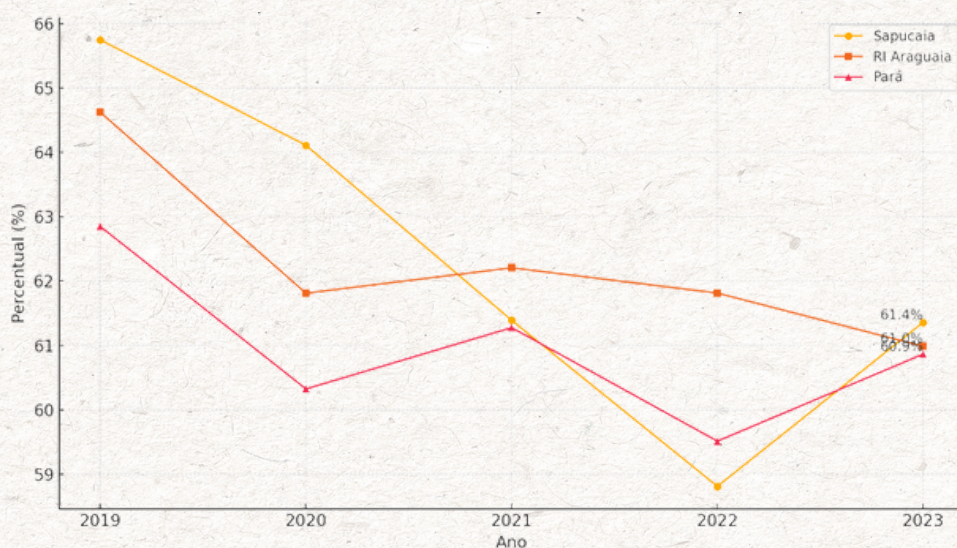
Em 2023, houve uma reversão dessa tendência, com aumento do percentual destinado a serviços essenciais nas três esferas analisadas. Sapucaia elevou seu percentual para 61,4%, enquanto a RI Araguaia chegou a 61,0% e o estado do Pará a 60,9%. Esse crescimento pode refletir um esforço dos gestores públicos em retomar investimentos em áreas prioritárias, especialmente após os efeitos mais críticos da pandemia e a ne-

cessidade de fortalecer áreas como saúde, educação e assistência social. Ainda assim, Sapucaia, que apresentava um percentual mais elevado no início da série, experimentou uma redução líquida significativa ao longo do período (Gráfico 2).

A tendência geral observada demonstra que, apesar do aumento recente, as despesas públicas com serviços essenciais ainda não recuperaram os níveis pré-2020. O comportamento de queda entre 2019 e 2022 pode ter contribuído para o aumento da

vulnerabilidade social refletido no crescimento da taxa de pobreza, evidenciando uma possível correlação entre o menor investimento em serviços básicos e a deterioração das condições sociais. A retomada do investimento em 2023 é um sinal positivo, mas a necessidade de consolidar essa tendência de crescimento é crucial para melhorar os indicadores sociais no médio e longo prazo (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A evolução da prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023 revela trajetórias distintas para Sapucaia, RI Araguaia e Pará. Em Sapucaia, o indicador iniciou em 6,5% em 2019 e apresentou um crescimento acentuado até 2022, atingindo 10,8%, o maior valor da série histórica para o município, antes de cair para 6,0% em 2023. Já a RI Araguaia e o estado do Pará mostraram variações mais suaves: a RI partiu de 6,9% em 2019, mantendo-se relativamente estável (7%), enquanto o Pará evoluiu de 7,7% para 9,0% no mesmo período. Essas tendências indicam que Sapucaia enfrentou uma piora mais intensa e instável até 2022, seguida de uma recuperação expressiva (Gráfico 3).

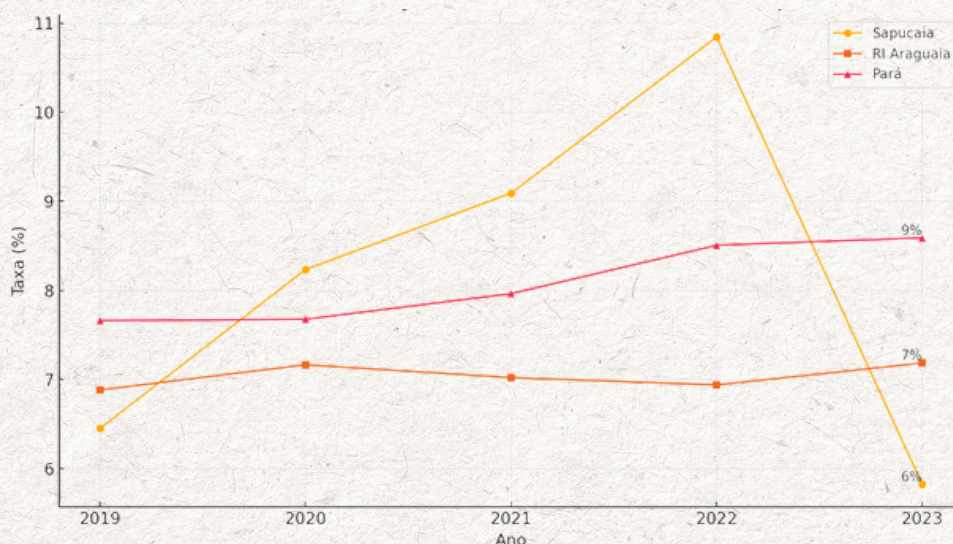
O pico registrado em Sapucaia em 2022 pode estar associado a múltiplos fatores, como o agravamento das condições de saúde pública e nutricionais no contexto da pandemia de COVID-19, que impactaram de forma desigual os pequenos municípios. Já a rápida melhora em 2023, com queda para 6%, é bastante significativa e sugere a adoção de medidas corretivas, como o fortalecimento de políticas de saúde materno-infantil e programas de assistência alimentar, ou ainda pode refletir flutuações estatísticas típicas de territórios menores, onde a variação anual é mais sensível (Gráfico 3).

De modo geral, enquanto Sapucaia apresenta uma trajetória de alta seguida por forte queda, o Pará como um todo

mostra uma tendência de elevação mais contínua e moderada. A RI Araguaia permanece relativamente estável ao longo do tempo, indicando maior controle ou menor variabilidade do fenômeno em sua área de abrangência. Essa dinâmica reforça a necessidade de atenção contínua às condições de saúde infantil, sobretudo em Sapucaia, para consolidar a melhora recente e assegurar que a taxa de baixo peso ao nascer permaneça em patamares aceitáveis (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola medida em reais por hectare entre 2019 e 2023 apresenta crescimento expressivo para as três esferas analisadas, com dinâmicas específicas para Sapucaia, RI Araguaia e o estado do Pará. Em Sapucaia, a produtividade cresceu de R\$ 12,6 mil/ha em 2019 para R\$ 16,4 mil/ha em 2021, apresentou uma queda em 2022 para R\$ 13,3 mil/ha, mas retomou o crescimento em 2023, atingindo R\$ 15,6 mil/ha. Na RI Araguaia, o desempenho foi ainda mais robusto: de R\$ 8,1 mil/ha em 2019 para impressionantes R\$ 17,2 mil/ha em 2023, ultrapassando inclusive

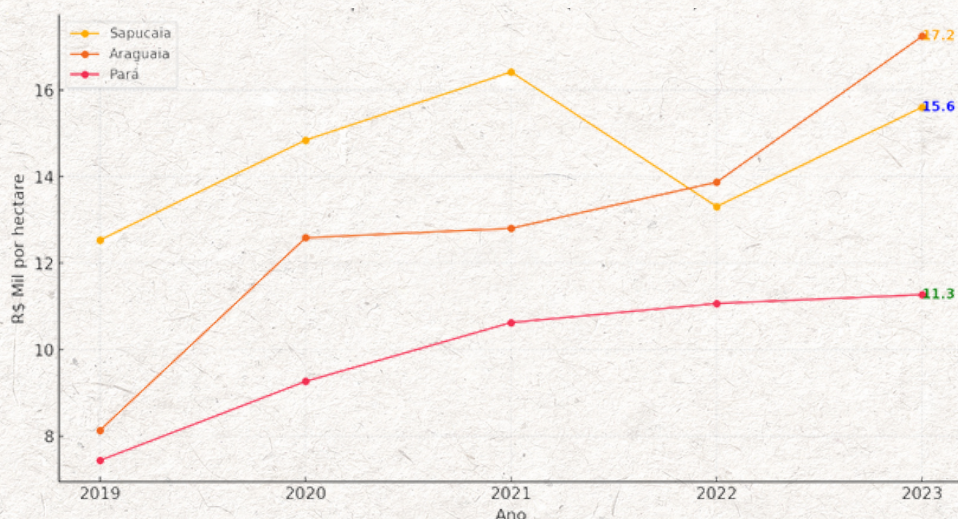
Sapucaia no último ano analisado (Gráfico 4).

O estado do Pará, por sua vez, registrou um crescimento mais modesto, saindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. A evolução positiva em todas as esferas sugere avanços tecnológicos, melhorias nas práticas agrícolas e maior valorização de produtos agropecuários na região. O desempenho da RI Araguaia, especialmente a partir de 2022, indica que áreas que tradicionalmente tinham produtividade inferior conseguiram dar saltos significativos, possivelmente devido a investimentos mais inten-

sivos em modernização agrícola ou diversificação de culturas (Gráfico 4).

Apesar de a produtividade agrícola de Sapucaia ter crescido consideravelmente, a perda de liderança para a RI Araguaia em 2023 acende um sinal de alerta quanto à necessidade de manter a competitividade local. Enquanto o Pará como um todo ainda exibe valores inferiores, a distância entre o estado e Sapucaia ou RI Araguaia diminuiu ligeiramente. A tendência de crescimento geral é positiva, mas o comportamento oscilante de Sapucaia entre 2021 e 2023 aponta para a importância de ações locais voltadas à sustentabilidade do setor agrícola e à mitigação de riscos climáticos e de mercado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A evolução da taxa de mortalidade infantil em Sapucaia entre 2019 e 2023 revelou um comportamento extremamente oscilante. Em 2019, o município apresentava uma taxa de 11 mortes por mil nascidos vivos, número que saltou drasticamente para 23,7 em 2020, reduziu para 13,1 em 2021, voltou a subir para 24,1 em 2022 e, finalmente, caiu para 10 em 2023. A RI Araguaia teve um comportamento mais estável, com pequenas variações entre 17,7 e 18,4 até 2020, reduzindo-se para cerca de 15,6 em 2022, e voltando a subir para 18 em 2023.

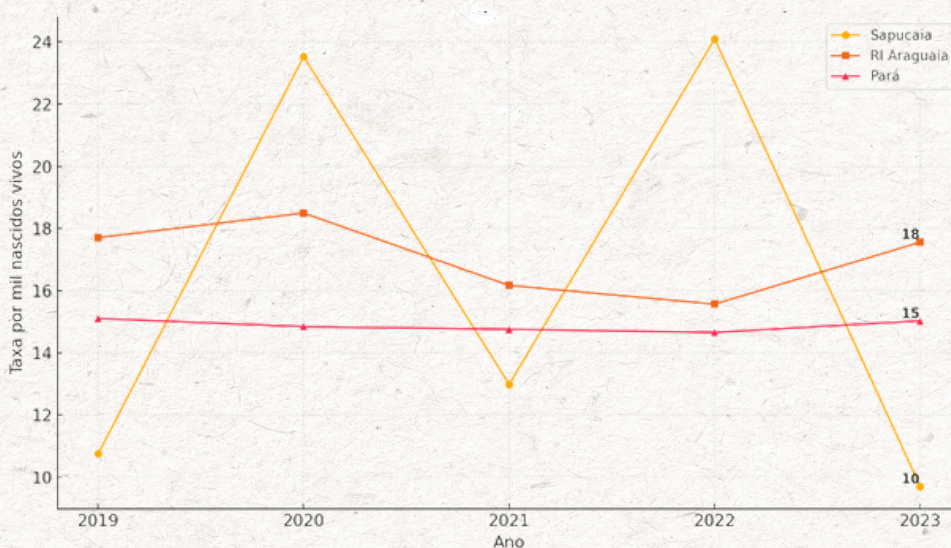
Já o estado do Pará apresentou a menor variação no período, com taxas em torno de 15 por mil nascidos vivos ao longo de toda a série histórica (Gráfico 5).

O comportamento errático de Sapucaia, com elevações abruptas em anos específicos, sugere vulnerabilidades estruturais no sistema de saúde local, que podem ter sido acentuadas pela pandemia de COVID-19, dificuldades no atendimento neonatal ou flutuações típicas de pequenos municípios, onde o número reduzido de nascimentos gera variações percentuais mais expressivas. Os anos de 2020 e 2022, em particular, se destacam como períodos críticos de alta mortalidade, o que indica momentos de forte fragilidade nas condições de saúde infantil. A queda expressiva em 2023 para 10 mortes por mil nascidos vivos, no entanto, é um dado positivo e sinaliza possível melhoria recente no atendimento materno-infantil (Gráfico 5).



Comparando os três níveis territoriais, nota-se que Sapucaia apresentou, ao longo da série, a maior volatilidade, enquanto a RI Araguaia e o estado do Pará mantiveram uma maior estabilidade. O desempenho do Pará, mantendo sua taxa em torno de 15 por mil nascidos vivos, mostra um certo grau de resiliência dos serviços de saúde a nível estadual. A trajetória de Sapucaia aponta para a necessidade de intervenções constantes para garantir a manutenção dos resultados positivos alcançados em 2023 e prevenir novas oscilações bruscas que comprometam a saúde das crianças (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O indicador de número de médicos por 10 mil habitantes mostra tendências de crescimento entre 2019 e 2023, embora com algumas oscilações. Em Sapucaia, havia apenas 3,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e 2020, com crescimento para 5,0 em 2021, atingindo o pico de 8,6 em 2022, seguido de uma queda para 5,0 em 2023. A RI Araguaia apresentou um crescimento mais linear e consistente, saindo de 4,8 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 9,0 em 2023. O

estado do Pará, por sua vez, manteve um ritmo mais estável e elevado, evoluindo de 8,5 para 11,2 médicos por 10 mil habitantes no período (Gráfico 6).

A forte elevação em Sapucaia até 2022 é positiva e demonstra uma possível priorização temporária da contratação de médicos ou programas específicos de ampliação do atendimento, possivelmente relacionados a ações emergenciais durante a pandemia. No entanto, a queda significativa de 8,6 para 5,0 médicos

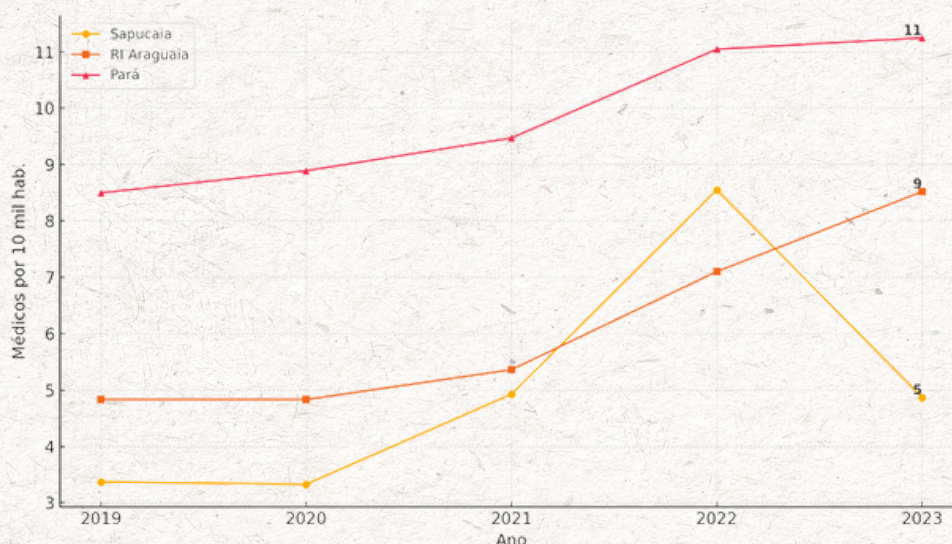
em 2023 é preocupante, indicando perda de profissionais ou interrupção de políticas públicas que ampliavam o acesso à saúde. A RI Araguaia, por outro lado, manteve sua tendência de crescimento contínuo, reforçando uma melhoria estrutural mais sólida na região (Gráfico 6).



Enquanto Sapucaia enfrentou uma retração no número de médicos, o Pará consolidou seu avanço no indicador, o que demonstra um fortalecimento da capacidade médica estadual. A diferença entre Sapucaia e o estado aumentou em 2023, evidenciando a necessidade de políticas locais voltadas para a atração e fixação de

médicos, sobretudo para garantir a continuidade do atendimento básico e especializado. A análise sugere que a estabilidade no quadro de médicos é fundamental para manter a qualidade dos serviços de saúde e sustentar os avanços sociais verificados em outros indicadores, como a redução da mortalidade infantil (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

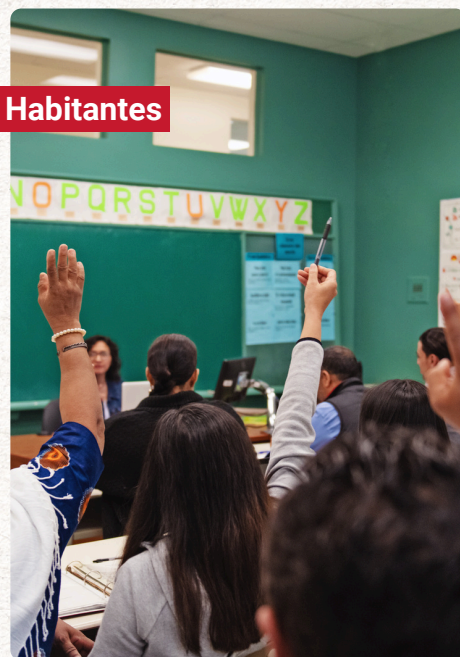
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Sapucaia apresentou uma tendência geral de queda, apesar de pequenas oscilações intermediárias. Em 2019, o município registrava 284 vagas por mil habitantes, valor que caiu para 252 em 2020 e permaneceu praticamente estável em 2021. Em 2022, houve uma leve recuperação, com o indicador subindo para 263 vagas, mas essa melhora não se sustentou, resultando em uma queda acentuada para 235 vagas por mil habitantes em 2023. Esse comportamento indica uma retração considerável da oferta educacional proporcional à população (Gráfico 7).

A RI Araguaia e o estado do Pará seguiram padrões semelhantes de oscilação, mas

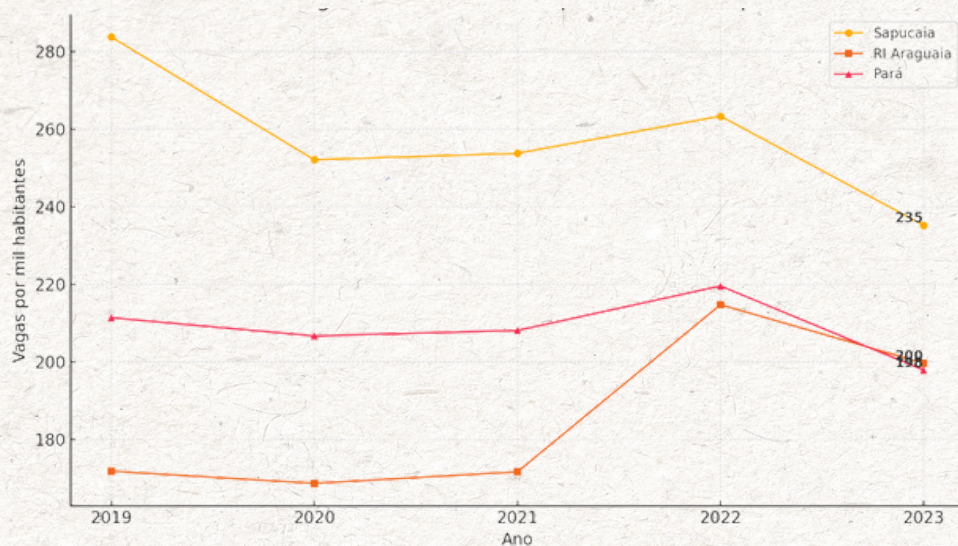
com níveis iniciais e finais inferiores aos de Sapucaia. A RI Araguaia manteve-se abaixo das 180 vagas por mil habitantes entre 2019 e 2021, com crescimento em 2022 (215 vagas) e nova redução em 2023 (200 vagas). Já o Pará, com valores mais elevados que a RI Araguaia, oscilou entre 210 e 220 vagas até 2022, recuando para 199 vagas em 2023. Essa trajetória sugere que, apesar de Sapucaia ter iniciado o período com um patamar mais confortável de vagas, a tendência de redução da oferta foi comum em diferentes níveis territoriais (Gráfico 7).

O comportamento observado aponta para a necessidade de políticas educacionais voltadas à manutenção ou ampliação da capacidade de atendimento no ensino público. A re-



dução contínua das vagas por mil habitantes, especialmente em Sapucaia, pode comprometer a universalização da educação e o atendimento a novas demandas populacionais. Embora o município ainda mantenha uma vantagem relativa em relação à RI Araguaia e ao estado do Pará, a queda significativa em 2023 acende um alerta para possíveis déficits futuros na oferta educacional (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 235 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

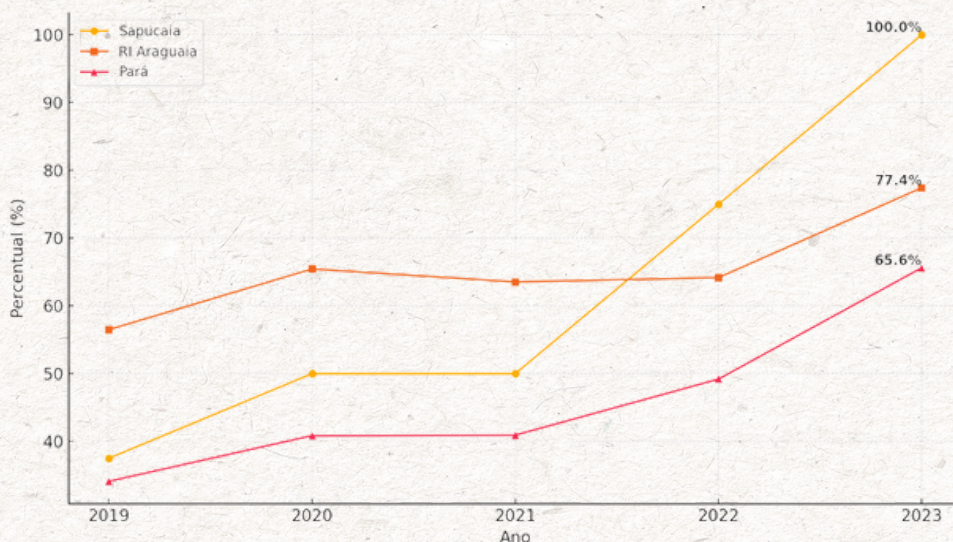
O percentual de escolas públicas com acesso à internet em Sapucaia apresentou crescimento expressivo e contínuo no período de 2019 a 2023. Em 2019, apenas 37,5% das escolas possuíam conexão, percentual que subiu para 50,0% em 2020 e se manteve estável em 2021. Em 2022, observou-se um salto para 74,1% e, finalmente, em 2023, Sapucaia atingiu a universalização do acesso, com 100% das escolas conectadas à internet. Esse desempenho reflete avanços significativos na infraestrutura escolar, especialmente impulsionados pelas exigências de adaptação tecnológica durante e após a pandemia de COVID-19 (Gráfico 8).

A RI Araguaia também apresentou crescimento positivo, saindo de 56,6% em 2019 para 77,4% em 2023, enquanto o estado do Pará, que partiu de níveis ainda mais baixos (33,8% em 2019), alcançou 65,6% em 2023. Embora todas as regiões tenham progredido, Sapucaia se destacou por alcançar um resultado superior tanto à média da RI quanto à do estado, indicando uma priorização local importante na expansão do acesso digital nas escolas. Essa melhoria é estratégica, pois proporciona melhores condições para a aprendizagem digital, a integração de tecnologias ao ensino e a redução das desigualdades educacionais (Gráfico 8).

A trajetória de Sapucaia revela uma evolução exemplar, sobretudo considerando seu ponto de partida relativamente baixo em 2019. A universalização do acesso à internet nas escolas representa uma conquista fundamental para promover a inclusão digital e preparar melhor os alunos para os desafios contemporâneos. Por outro lado, tanto a RI Araguaia quanto o Pará ainda enfrentam desafios para atingir a plena cobertura, evidenciando a necessidade de continuidade dos investimentos em conectividade escolar em todo o estado (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



A evolução dos casos de violência contra a mulher por parceiros em Sapucaia entre 2019 e 2023 apresentou comportamento extremamente instável. O município registrou ausência de casos entre 2019 e 2021, mas em 2022 houve um aumento expressivo para 7,8 casos por 100 mil habitantes, seguido por um novo retorno a zero em 2023. Em contraste, a RI Araguaia apresentou um padrão de crescimento gradual, partindo de 5 casos em 2019 para 16 em 2023, enquanto o estado do Pará registrou um aumento expressivo já em 2020, com taxas superiores a 26 casos por 100 mil habitantes nos anos subsequentes (Gráfico 9).

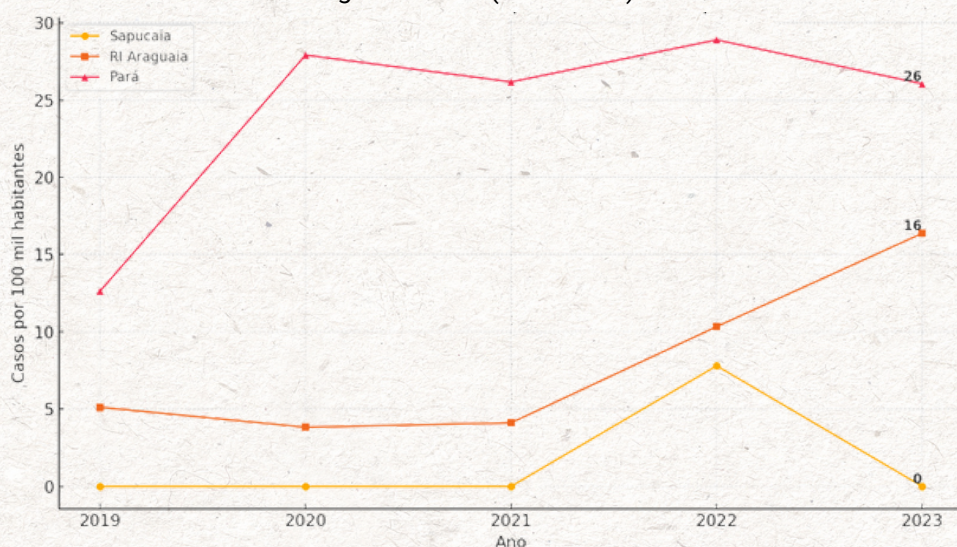
O pico observado em Sapucaia em 2022 é preocupante, pois, apesar de isolado, indica que o problema existe e pode ter sido subnotificado nos anos anteriores. Já o crescimento contínuo na RI Araguaia sugere uma maior exposição ou, alternativamente, uma melhora nos mecanismos de denúncia. No estado do Pará, a elevação brusca em 2020 e sua manutenção em níveis altos até 2023 podem

estar relacionados tanto à intensificação da violência durante o período pandêmico quanto a melhorias no registro e divulgação dos dados (Gráfico 9).

Comparativamente, Sapucaia apresenta valores absolutos muito inferiores aos de sua região e ao estado como um todo, mas a oscilação súbita alerta para a possibilidade de volatilidade no registro de casos. A ausência de casos em

2023 pode ser vista com cautela, pois pode refletir tanto uma melhora real quanto deficiências na captação de dados. Em termos gerais, a análise reforça a importância de políticas públicas contínuas de enfrentamento à violência contra a mulher, com foco tanto na prevenção quanto no aprimoramento dos sistemas de denúncia e acolhimento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No indicador de percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres, Sapucaia apresentou um crescimento consistente entre 2019 e 2022, saindo de 29,0% para 36,2%, seguido de uma queda acentuada para 21,1% em 2023. A RI Araguaia, em comparação, evoluiu de forma mais constante, saindo de 36% em 2019 para cerca de 39,6% em 2023, enquanto o estado do Pará manteve índices elevados, acima de 48%, com leve recuo para 47,3% em 2023. Essa trajetória indica que, apesar de avanços anteriores, Sapucaia enfrentou uma forte regressão recente na ocupação feminina em posições de liderança (Gráfico 10).

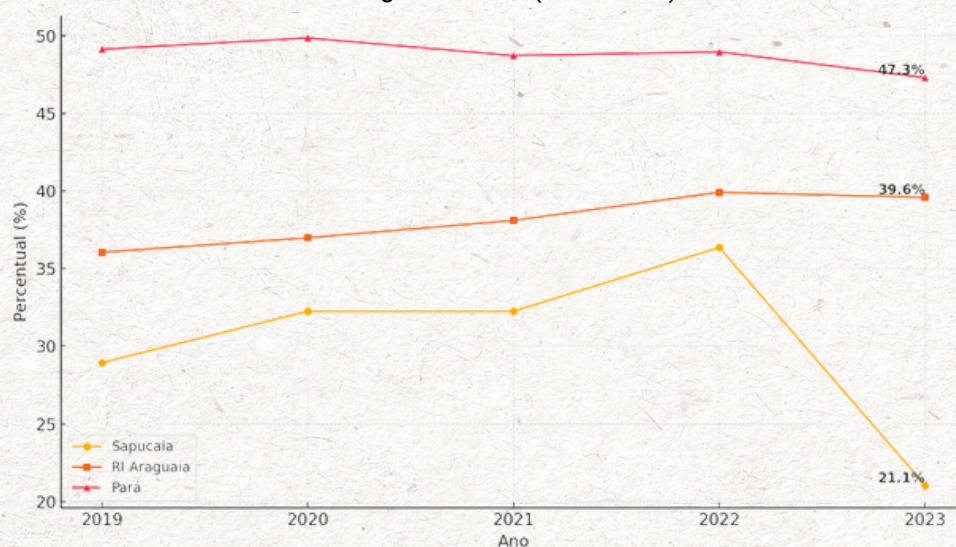




A queda expressiva registrada em Sapucaia no último ano analisado pode ser explicada por mudanças na composição do mercado de trabalho local, substituições em cargos públicos ou privados, ou até mesmo retração em políticas de incentivo à equidade de gênero. Enquanto a RI Araguaia e o estado do Pará mantiveram níveis relativamente estáveis e superiores, Sapucaia se distanciou negativamente da média regional e estadual, sinalizando um retrocesso que compromete a representatividade feminina em posições de comando (Gráfico 10).

Essa perda de participação em cargos gerenciais é um sinal de alerta para a necessidade de fortalecer políticas de promoção da igualdade de gênero no município. A discrepância em relação às médias regional e estadual evidencia que o contexto local demanda esforços específicos para garantir a ampliação da presença feminina em funções estratégicas, promovendo ambientes mais inclusivos e equilibrados. A reversão dessa tendência é fundamental para assegurar maior diversidade e justiça nas estruturas organizacionais de Sapucaia (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

A evolução do percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Sapucaia entre 2019 e 2023 revela um cenário de estagnação em níveis extremamente baixos. O município registrou apenas 0,1% em 2019 e 2020, subindo para 0,3% em 2021 e 2022, e mantendo esse valor em 2023. A RI Araguaia também apresentou patamares baixos, mas superiores aos de Sapucaia, variando de 1,6% para 1,7% no mesmo período. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais expressivo, partindo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, mostrando avanços mais concretos no atendimento dessa população vulnerável (Gráfico 11).

Apesar da tendência de crescimento estadual, Sapucaia praticamente não avançou em termos de inclusão da população de baixa renda nos serviços de esgotamento sanitário. Essa estagnação pode refletir tanto limitações estruturais quanto baixa priorização de investimentos em saneamento direcionados às áreas mais carentes. A RI Araguaia, embora apresente indicadores mais elevados, também demonstra evolução tímida, o

que sugere que o problema é regional, ainda que menos grave em comparação ao município de Sapucaia (Gráfico 11).

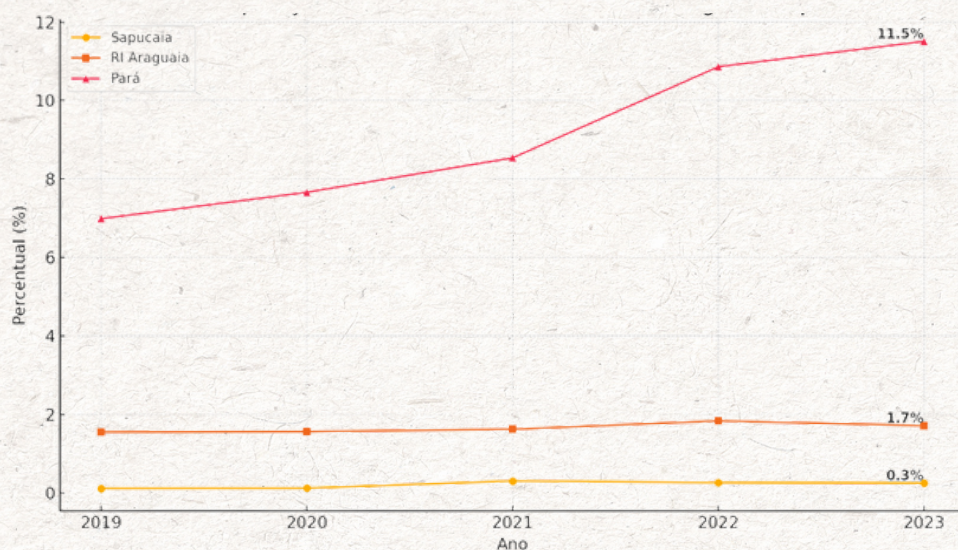
Esse comportamento evidencia que o desafio da universalização do acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda permanece crítico em Sapucaia. A comparação com o avanço do Pará mostra que é possível melhorar esse indicador com investimentos estruturados e políticas públi-



cas direcionadas. A manutenção de índices tão baixos em Sapucaia compromete diretamente as condições de saúde pública e qualidade de vida, impactando, em especial, os grupos sociais mais vulneráveis (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal com saneamento básico per capita em Sapucaia apresentou comportamento extremamente preocupante entre 2019 e 2023, com valores zerados em todos os anos analisados. Enquanto isso, a RI Araguaia variou de R\$ 27,9 em 2019 para R\$ 50,0 em 2023, demonstrando um crescimento consistente. Já o estado do Pará, embora com oscilações, apresentou um nível de investimento muito superior, crescendo de R\$ 79,7 em 2019 para R\$ 137,1 em 2023, com picos em 2022 (Gráfico 12).

A ausência de gastos per capita com saneamento em Sapucaia contrasta fortemente com os esforços regionais e estaduais e ajuda a explicar o desempenho insatisfatório do

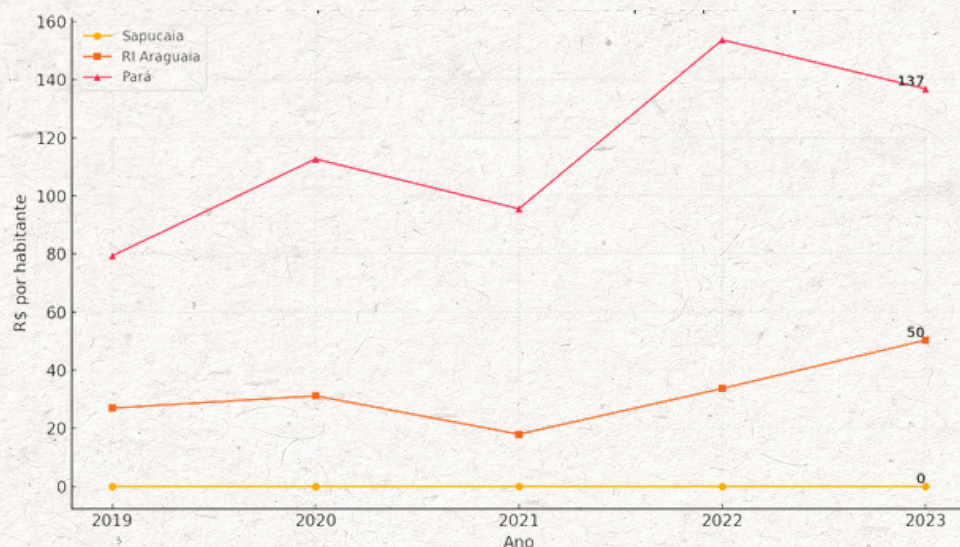
município em indicadores de infraestrutura de saneamento, como o percentual de população de baixa renda atendida. Mesmo a RI Araguaia, que já apresenta desafios importantes, conseguiu manter investimentos que, ainda que modestos, sinalizam algum esforço contínuo. O Pará, por sua vez, mostra uma evolução mais robusta, sugerindo a adoção de políticas públicas mais efetivas em âmbito estadual (Gráfico 12).

Esse cenário evidencia que, sem investimentos consistentes em saneamento, a capacidade de Sapucaia de melhorar indicadores de acesso básico e saúde pública permanece severamente comprometida. A ausência de aplicação de recursos nesse setor estra-

tégico amplia a vulnerabilidade da população e reduz as perspectivas de melhoria no médio e longo prazo. Portanto, reverter esse quadro exige uma mudança imediata na prioridade de alocação orçamentária do município para garantir o mínimo acesso a serviços de saneamento básico para sua população (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



A evolução do consumo de energia elétrica per capita em Sapucaia entre 2019 e 2023 mostra uma tendência de crescimento contínuo. Em 2019, o consumo era de cerca de 1.030 kWh/hab., aumentando gradativamente para 1.238 kWh/hab. em 2023. Embora esse crescimento tenha sido constante, Sapucaia foi superada pela RI Araguaia a partir de 2022, cuja elevação foi muito mais intensa: saindo de 940 kWh/hab. em 2019 para 1.544 kWh/hab. em 2023. O estado do Pará também apresentou crescimento, embora

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

de forma mais moderada, passando de cerca de 1.000 para 1.253 kWh/hab. no período (Gráfico 13).

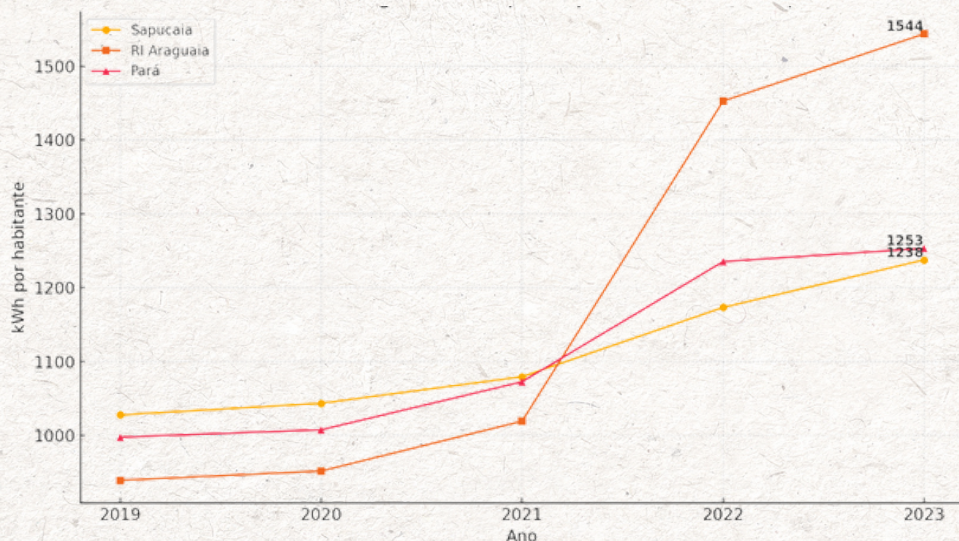
O grande salto da RI Araguaia entre 2021 e 2022 sugere a introdução de novos empreendimentos econômicos ou melhorias significativas na infraestrutura elétrica da região, fatores que não impactaram Sapucaia na mesma magnitude. Sapucaia, embora tenha mostrado evolução positiva, manteve um ritmo mais lento, o que pode indicar limitações

na expansão industrial, urbana ou no aumento da renda das famílias, fatores tradicionalmente ligados ao aumento do consumo energético. O Pará, com uma trajetória mais regular, demonstra uma tendência de crescimento acompanhando a média estadual (Gráfico 13).

A análise geral indica que, apesar de Sapucaia ter mantido crescimento no consumo de energia elétrica, a sua posição relativa frente à RI Araguaia deteriorou-se nos úl-

timos anos. Esse comportamento pode sugerir uma necessidade de maior dinamização econômica ou expansão dos serviços de infraestrutura local. Além disso, o aumento constante no consumo reflete também uma possível melhora das condições de vida no município, mesmo que em ritmo menos acelerado que a região (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.238 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

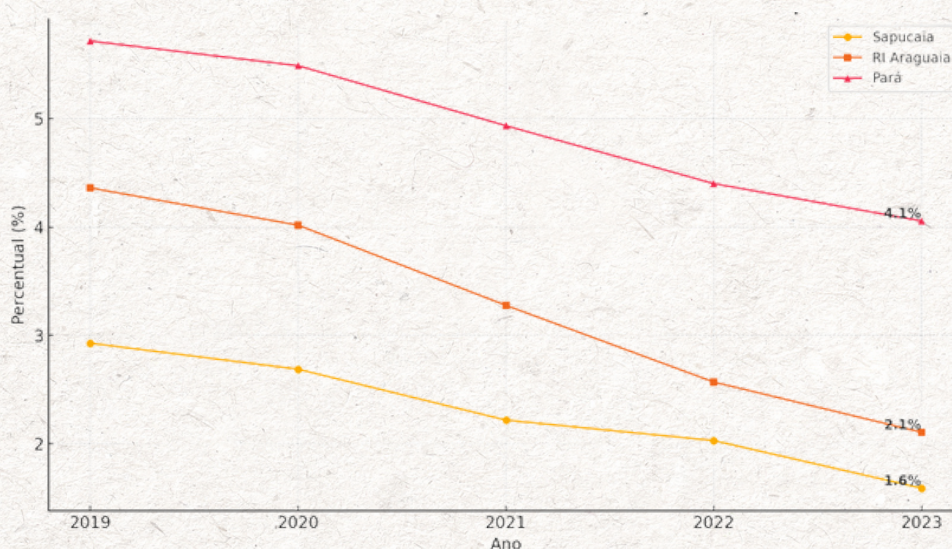
O percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em Sapucaia mostrou uma trajetória contínua de redução entre 2019 e 2023. Em 2019, 2,9% dos domicílios de baixa renda ainda dependiam dessa forma precária de iluminação, caindo progressivamente para 1,6% em 2023. A RI Araguaia seguiu uma tendência semelhante, iniciando em 4,3% em 2019 e reduzindo para 2,1% em 2023. No estado do Pará, a diminuição também foi observada, embora o percentual final (4,1%) ainda seja superior ao dos demais níveis territoriais (Gráfico 14).

A redução consistente em Sapucaia demonstra avanços relevantes na expansão do acesso à energia elétrica entre as famílias de baixa renda. Esse movimento é fundamental para melhorar a qualidade de vida e reduzir desigualdades no acesso a serviços básicos. A trajetória da RI Araguaia é igualmente positiva, ainda que tenha mantido percentuais ligeiramente superiores a Sapucaia ao longo do período. Já o Pará, embora apresente redução, ainda mantém um patamar mais elevado, evidenciando desigualdades persistentes em outras regiões do estado (Gráfico 14).

Esses dados revelam que, no tocante ao acesso à iluminação elétrica formal, Sapucaia avançou de forma expressiva, reduzindo pela metade o percentual de domicílios vulneráveis que dependiam de fontes fósseis. Tal avanço é estratégico para promover maior inclusão social e qualidade de vida, mas exige esforços contínuos para erradicar completamente o uso de formas de iluminação inadequadas. O desempenho superior em relação ao estado indica que as políticas locais, nesse aspecto, têm sido mais eficazes (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,66%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, a evolução do número de empregos formais por mil habitantes em Sapucaia apresentou variações significativas. Em 2019, o município registrava aproximadamente 230 empregos formais por mil habitantes, mas houve uma queda em 2020, com o indicador recuando para cerca de 202, possivelmente refletindo os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho. A partir de 2021, Sapucaia retomou o crescimento, atingindo 220 empregos formais e, em 2022, alcançando o pico da série com cerca de 254 empregos formais por mil habitantes, antes de registrar uma forte queda em 2023 para 169, aproximando-se dos níveis da RI Araguaia e do estado do Pará (Gráfico 15).

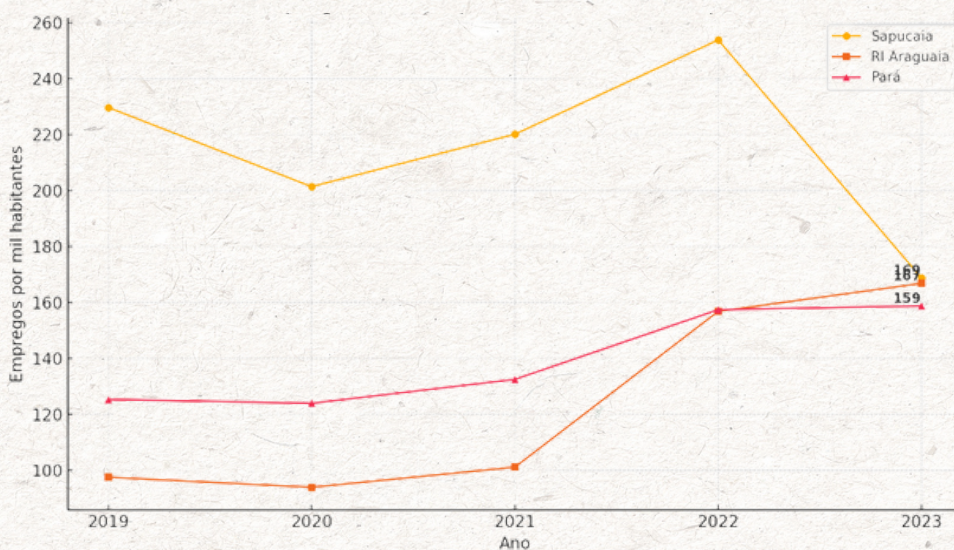
Empregos Formais por Mil Habitantes

A Região de Integração (RI) Araguaia e o estado do Pará, por sua vez, apresentaram crescimento mais contínuo e estável ao longo do período. A RI Araguaia partiu de 97 empregos formais por mil habitantes em 2019, evoluindo gradativamente para 167 em 2023, enquanto o Pará passou de cerca de 126 empregos para 159 no mesmo intervalo. Em 2022, tanto a RI Araguaia quanto o Pará atingiram um nível próximo ao de 157 empregos formais por mil habitantes, demonstrando um fortalecimento mais consistente do emprego formal na região, ainda que partindo de bases mais baixas em relação a Sapucaia (Gráfico 15).

O comportamento de Sapucaia indica um município que, até 2022, apresentava desempenho acima da média regional e estadual, mas que sofreu O comportamento de Sapucaia indica um município

que, até 2022, apresentava desempenho acima da média regional e estadual, mas que sofreu uma retração acentuada em 2023. Esse recuo pode estar associado a fatores econômicos locais, como fechamento de atividades produtivas, dificuldades na retenção de empregos ou mudanças demográficas. Em contraste, a estabilidade e o crescimento da RI Araguaia e do Pará sugerem maior resiliência no mercado de trabalho formal regional. A análise reforça a importância de políticas locais que incentivem a geração e a manutenção do emprego formal para que Sapucaia volte a se destacar positivamente nesse indicador (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 169 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Entre 2018 e 2022, o PIB per capita de Sapucaia apresentou crescimento contínuo, saindo de aproximadamente R\$ 16.900 em 2018 para R\$ 23.620 em 2022. Esse crescimento, embora positivo, foi inferior ao observado na RI Araguaia e no estado do Pará. A RI Araguaia, que partia de um nível semelhante ao de Sapucaia em 2018, experimentou uma expansão muito mais acelerada, atingindo R\$ 31.830 em 2022, ultrapassando Sapucaia a partir de 2020. Já o Pará, que partia de um patamar superior, ampliou



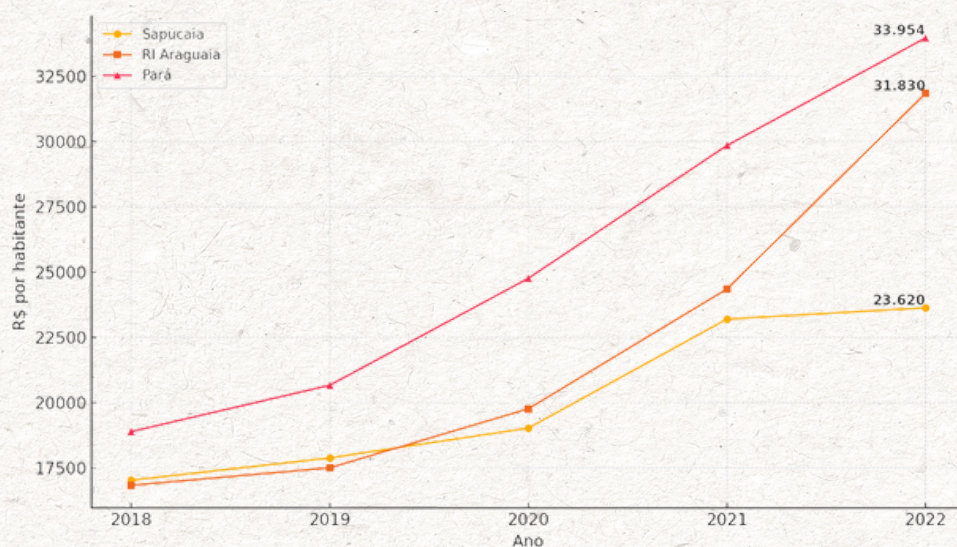
ainda mais sua vantagem, encerrando o período com R\$ 33.954 por habitante reflexo de ações locais de dinamização econômica ou da recuperação gradual pós-crise de 2020 (Gráfico 16).

A diferença no desempenho entre Sapucaia e os demais territórios sugere que o município cresceu economicamente, mas a um ritmo menos intenso. Esse comportamento pode estar associado a uma menor diversificação econômica ou a um peso menor de atividades dinâmicas no município, em comparação com a região e o estado como um todo. A aceleração do PIB per capita na RI Araguaia e no Pará evidencia maior integração a cadeias produtivas que impulsionaram o crescimento, en-

quanto Sapucaia parece ter avançado de forma mais moderada (Gráfico 16).

Assim, embora o crescimento de Sapucaia deva ser considerado positivo, a diferença crescente em relação à média regional e estadual aponta para desafios estruturais. O município precisará adotar estratégias de desenvolvimento econômico mais robustas e diversificadas para reduzir essa distância nos próximos anos. Sem isso, há o risco de Sapucaia ficar cada vez mais atrás em termos de dinamismo econômico e renda per capita, fatores fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 23.620/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Sapucaia entre 2018 e 2022 mostrou uma tendência de leve declínio, passando de 6,0% em 2018 para 4,9% em 2022. Enquanto Sapucaia registrou essa queda, a RI Araguaia exibiu crescimento, com o setor industrial aumentando sua participação de 13,8% para 18,6% no período. O estado do Pará, por sua vez, apresentou uma expansão ainda mais expressiva, elevando o percentual da indústria de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, refletindo a força do setor no dinamismo econômico estadual (Gráfico 17).

A perda relativa da participação da indústria no PIB de Sapucaia indica que o município não acompanhou o movimento de fortalecimento industrial observado regionalmente e no estado. Isso pode ter diversas causas, como a concentração da atividade econômica em outros setores, ausência de investimentos industriais relevantes ou perda de competitividade em relação a outros municípios da RI Araguaia e do Pará. A estagnação ou retração do setor industrial compromete a capacidade de gerar empregos de maior valor agregado e de impulsionar o crescimento econômico sus-

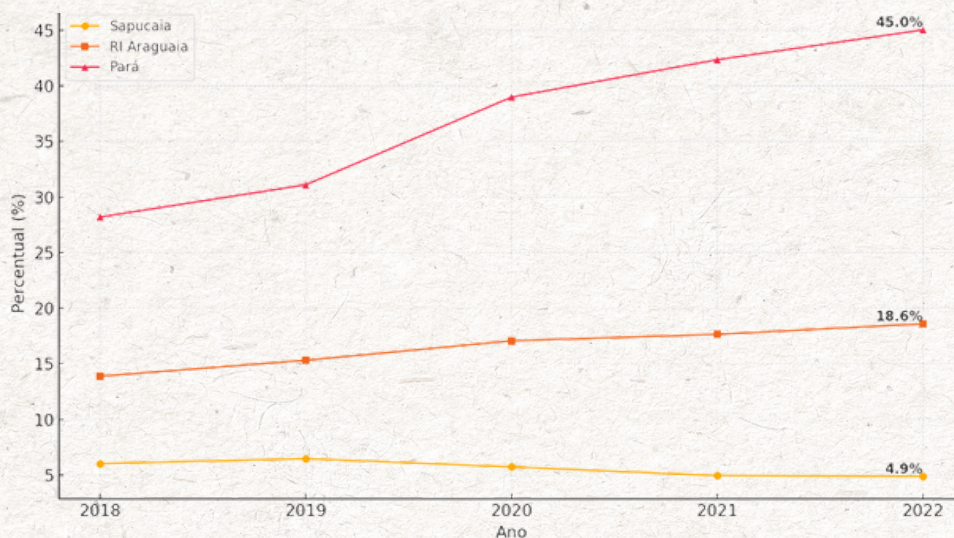
tentado (Gráfico 17).

Em comparação, o desempenho da RI Araguaia e do Pará reforça a ideia de que o setor industrial foi motor relevante do crescimento regional e estadual nos últimos anos, enquanto Sapucaia ficou para trás. Esse contexto aponta para a necessidade de políticas de estímulo à atividade industrial no município, seja por meio da atração de novos investimentos, fortalecimento de cadeias produtivas locais ou incentivo à inovação. Sem isso, a tendência é de que Sapucaia continue a apresentar crescimento econômico inferior ao de seu entorno (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2022, Sapucaia apresentou uma trajetória de crescimento contínuo no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, partindo de 19,6 profissionais em 2019 para um pico de 27,9 em 2022. Esse movimento indicava um fortalecimento progressivo da presença de capital humano qualificado no município, acima dos índices observados na RI Araguaia e



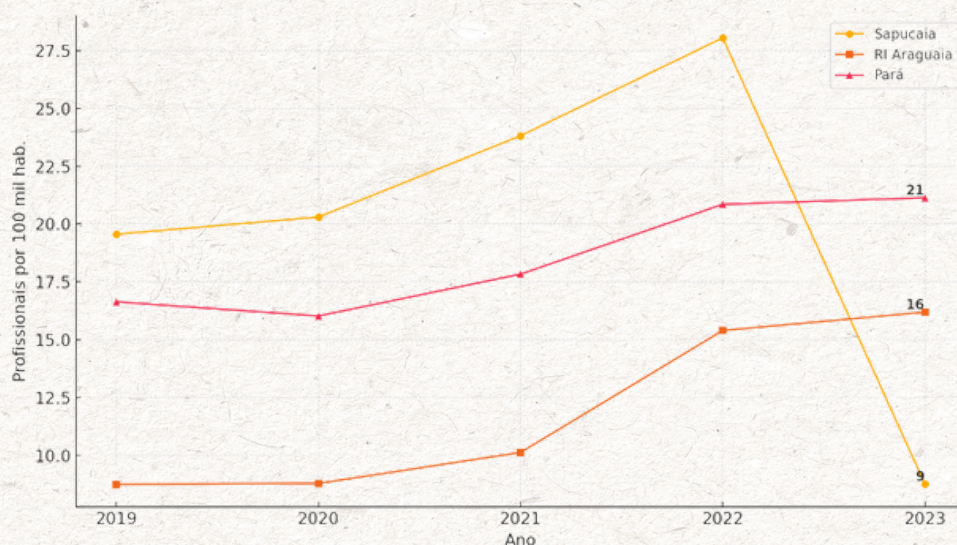
no estado do Pará ao longo do período. No entanto, em 2023, Sapucaia sofreu uma queda brusca para apenas 9 profissionais por 100 mil habitantes, configurando uma retração significativa e uma quebra da tendência anterior de avanço (Gráfico 18).

Enquanto isso, a RI Araguaia e o estado do Pará mostraram uma evolução mais estável e consistente. A RI Araguaia cresceu de 8,7 para 16 profissionais por 100 mil habitantes no período de 2019 a 2023, enquanto o estado do Pará aumentou de 16,7 para 21 profissionais. Embora ambos os territórios apresentem percentuais inferiores ao pico de Sapucaia registrado em 2022, eles demonstraram maior estabilidade, sem oscilações bruscas, o que aponta para um crescimento mais consolidado e sustentável da base de profissionais da ciência (Gráfico 18).



A trajetória de Sapucaia sugere vulnerabilidades na manutenção desses profissionais no município, possivelmente relacionadas a fatores como falta de oportunidades de emprego, infraestrutura inadequada para atuação científica ou migração para centros urbanos maiores. A queda expressiva em 2023 reverte os avanços anteriores e indica a necessidade de políticas locais mais efetivas para atrair, fixar e valorizar profissionais da ciência. Sem essas ações, o município corre o risco de ver comprometido seu potencial de inovação e desenvolvimento tecnológico a médio e longo prazo (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

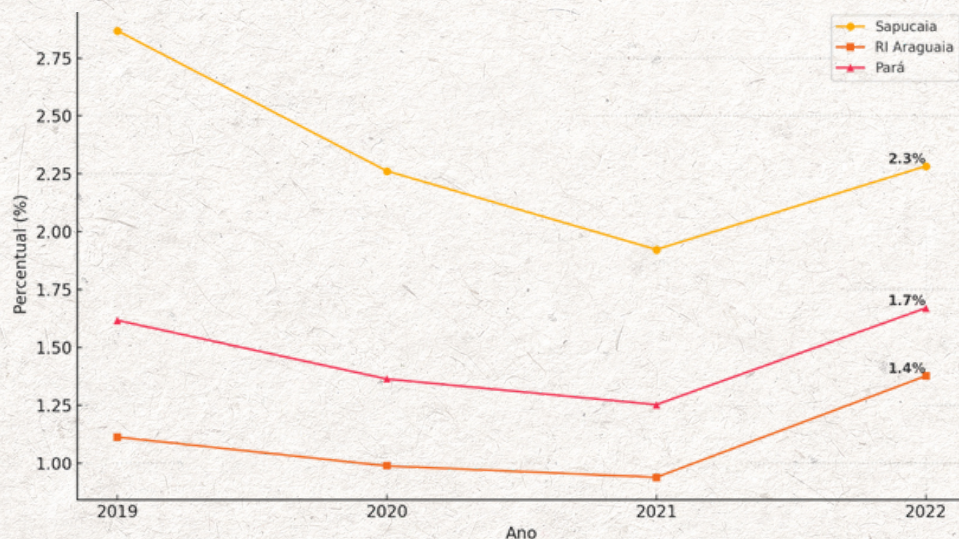
Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Sapucaia apresentou uma trajetória inicial de queda seguida de recuperação parcial. Em 2019, o município registrava 2,8% do PIB composto pela massa salarial formal, percentual que caiu para 2,3% em 2020 e para 1,9% em 2021, refletindo os impactos econômicos adversos do período, especialmente da pandemia de COVID-19. Em 2022, houve uma recuperação para 2,3%, embora o valor ainda se mantivesse abaixo do observado no início da série histórica, indicando uma retomada ainda incompleta da participação dos salários formais no PIB

local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará, o comportamento foi semelhante, com quedas sucessivas até 2021 e recuperação em 2022. A RI Araguaia passou de 1,1% em 2019 para 0,9% em 2021, subindo para 1,4% em 2022. Já o estado do Pará caiu de 1,6% para 1,3% nesse mesmo período, recuperando-se para 1,7% em 2022. No entanto, mesmo com essas oscilações, Sapucaia manteve-se ao longo de todo o período com percentuais superiores aos da sua região e do estado, evidenciando uma economia relativamente mais dependente da massa salarial formal no seu PIB (Gráfico 19).

A análise demonstra que, embora Sapucaia tenha sofrido os efeitos econômicos que afetaram toda a região e o estado, o município conseguiu preservar uma participação relativamente mais expressiva da massa salarial formal no seu PIB. A recuperação em 2022 é um sinal positivo, mas ainda insuficiente para retomar o patamar pré-pandemia. Consolidar e fortalecer essa recuperação exige políticas de estímulo à formalização do emprego e à valorização dos salários, fundamentais para impulsionar o dinamismo econômico e melhorar a distribuição de renda no município (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

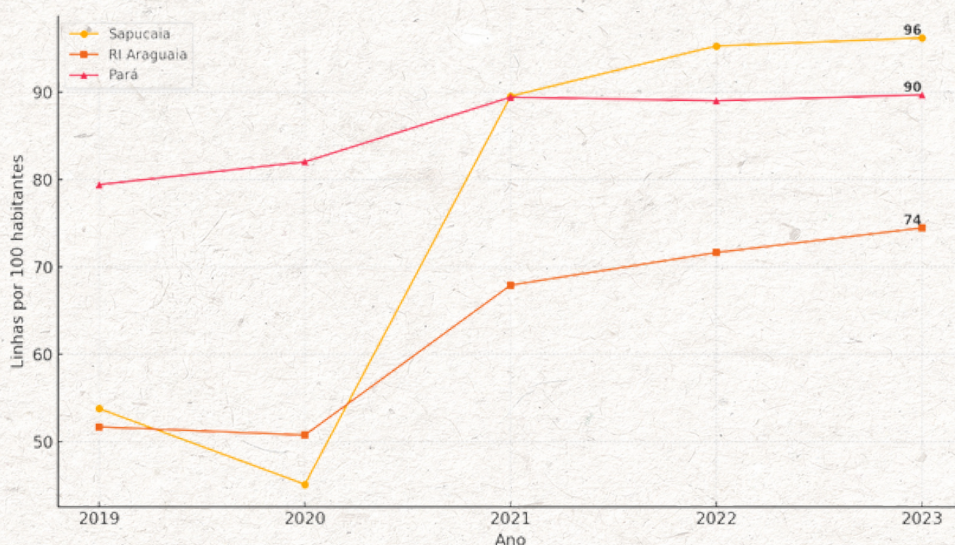
O indicador de acesso à telefonia móvel em Sapucaia apresentou uma trajetória de forte crescimento entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava cerca de 53 linhas móveis por 100 habitantes, sofrendo uma queda em 2020 para 45, mas, a partir de 2021, experimentou um aumento expressivo, alcançando 90 linhas em 2021 e atingindo 96 linhas em 2023. Esse crescimento permitiu a ultrapassagem do estado do Pará, que, embora também tenha apresentado aumento – de 80 para 90 linhas por 100 habitantes –, evoluiu de forma mais gradual. A RI Araguaia, por outro lado, manteve um crescimento mais lento, saindo de 52 para 74 linhas no mesmo período (Gráfico 20).

A recuperação e posterior aceleração de Sapucaia indicam importantes avanços na infraestrutura de telecomunicações local, com ampliação significativa do acesso da população à telefonia móvel. Esse movimento pode estar associado à expansão de cobertura das operadoras, maior acessibilidade econômica aos serviços ou políticas públicas de incentivo à inclusão digital. A forte alta entre 2020 e 2021 é particularmente notável e pode ter sido impulsionada pela crescente demanda por conectividade durante a pandemia de COVID-19, que acelerou a digitalização de serviços e relações sociais (Gráfico 20).



Comparando-se aos demais territórios, Sapucaia destaca-se positivamente, alcançando em 2023 o maior número de linhas móveis por 100 habitantes entre os níveis analisados. Esse avanço representa um importante ganho para o município em termos de inclusão digital e potencial de dinamização econômica, visto que o acesso à telefonia móvel é cada vez mais essencial para atividades cotidianas, serviços financeiros e educação. A tendência positiva observada consolida Sapucaia em uma posição favorável na conectividade regional (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Sapucaia cresceu de forma contínua entre 2019 e 2022, antes de apresentar leve retração em 2023. Em 2019, o município gastava aproximadamente R\$ 193 por habitante, aumentando para R\$ 238 em 2020, R\$ 267 em 2021 e alcançando um pico de R\$ 375 em 2022. Em 2023, houve uma redução para R\$ 326, ainda assim permanecendo muito acima dos valores observados na RI Araguaia e no estado do Pará, que encerraram 2023 com despesas de R\$ 140 e R\$

71 por habitante, respectivamente (Gráfico 21).

O comportamento de Sapucaia demonstra um forte comprometimento municipal com investimentos em cultura e meio ambiente, ao contrário da tendência estadual e regional, que, embora apresentem crescimento, o fazem em níveis muito mais baixos. O pico de 2022 pode estar relacionado a ações específicas de incentivo cultural ou de fortalecimento da gestão ambiental, possivelmente em resposta a políticas federais, demandas locais ou a pres-

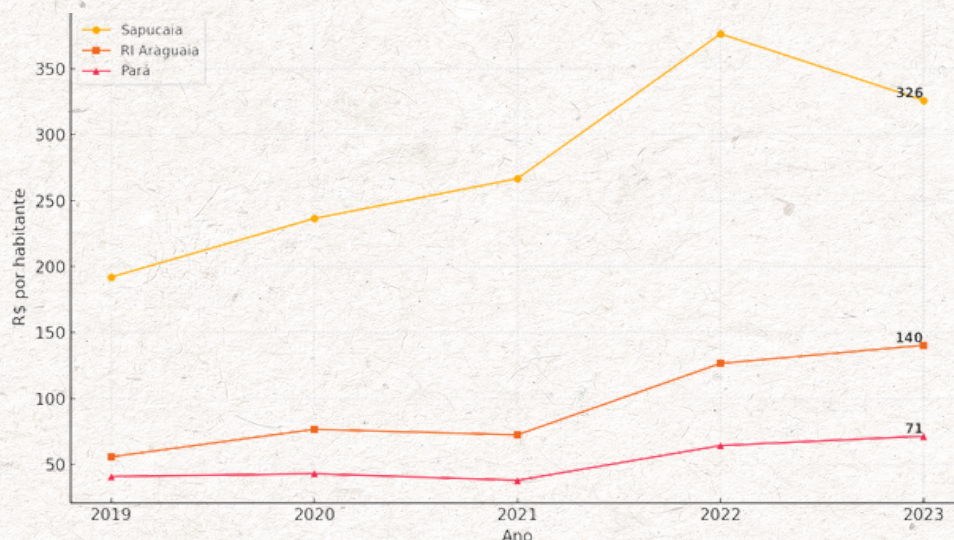
sões por desenvolvimento sustentável. A pequena retração em 2023 não compromete o padrão geral de forte investimento (Gráfico 21).

Comparativamente, Sapucaia se posiciona de forma bastante destacada, aplicando mais que o dobro dos valores médios da sua região e do estado. Essa priorização é estratégica para promover qualidade de vida, preservação ambiental e estímulo à diversidade cultural. Manter altos níveis de investimento nessas áreas é crucial para consolidar ganhos sociais e ambientais a

longo prazo, mas a queda registrada em 2023 deve ser monitorada para que não represente o início de uma tendência de redução dos esforços nessa agenda prioritária (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 326/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

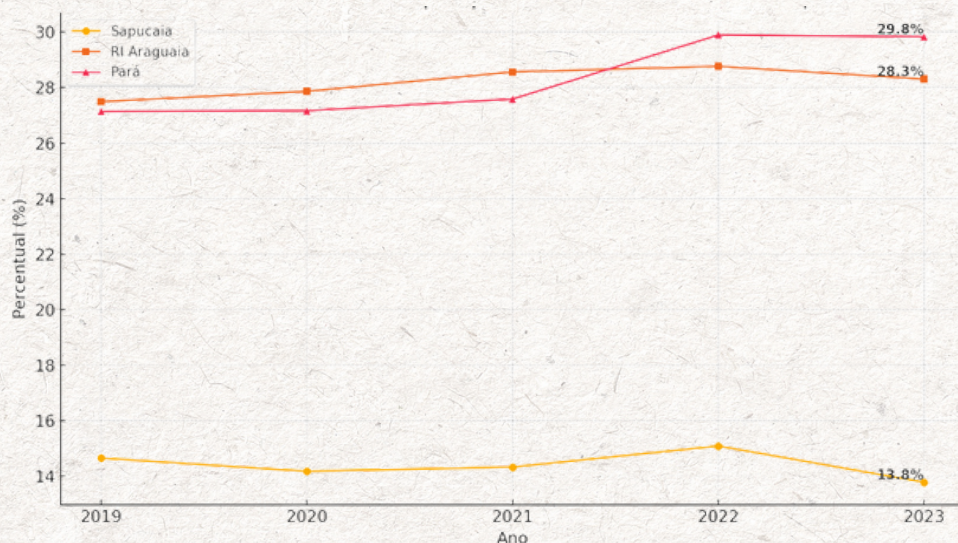
Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Sapucaia manteve-se relativamente estável e em patamares mais baixos que os da RI Araguaia e do estado do Pará. Em 2019, Sapucaia apresentava 14,7%, registrando uma leve queda para 14,2% em 2020 e 2021, um pequeno aumento para 15,1% em 2022, e voltando a cair para 13,8% em 2023. Esse comportamento mostra certa estabilidade no município, diferente da tendência de crescimento verificada na RI Araguaia e no estado do Pará, onde os percentuais se mantiveram elevados, superando

28% em 2023 (Gráfico 22).

A RI Araguaia e o estado do Pará apresentaram uma trajetória de crescimento nesse indicador, refletindo uma piora na gestão de resíduos sólidos entre as populações de baixa renda. A RI Araguaia subiu de 27,5% em 2019 para 28,3% em 2023, enquanto o Pará passou de 27,1% para 29,8% no mesmo intervalo. Esses resultados sugerem que, apesar dos avanços em algumas áreas sociais, a destinação inadequada do lixo ainda é uma prática comum entre a população de baixa renda nas regiões analisadas, com poucos sinais de reversão nos últimos anos (Gráfico 22).

A situação de Sapucaia, embora relativamente melhor, ainda revela uma parcela da população vulnerável que precisa recorrer a métodos inadequados de descarte de resíduos. Isso demonstra a necessidade de políticas públicas que ampliem o serviço de coleta regular de lixo, especialmente para comunidades de baixa renda. A manutenção de percentuais baixos é um sinal positivo para Sapucaia, mas a redução contínua dessas práticas é essencial para melhorar a saúde pública e preservar o meio ambiente local (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

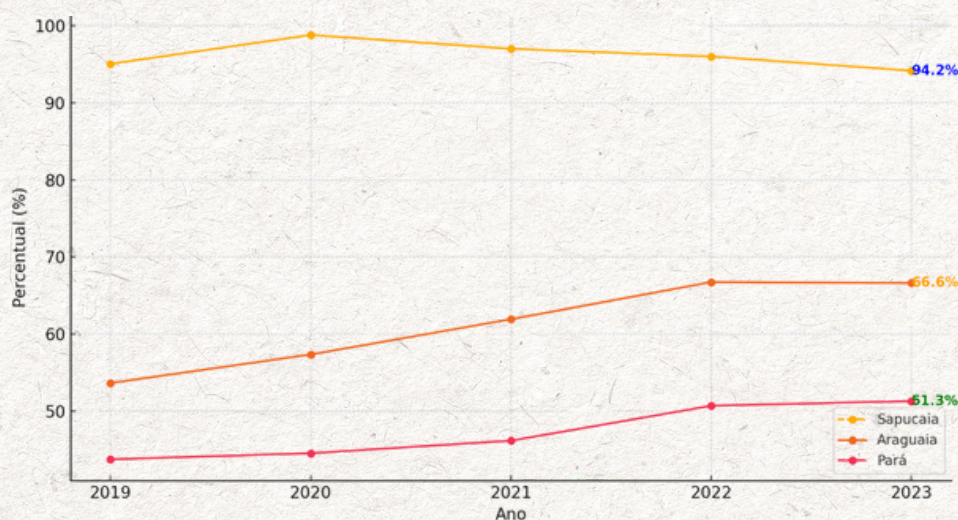
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador de população de baixa renda com fossa rudimentar em Sapucaia manteve-se em patamares extremamente elevados entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 95,2% da população de baixa renda utilizando esse tipo de solução sanitária precária, atingiu 98,6% em 2020, e nos anos seguintes apresentou uma leve redução, encerrando 2023 ainda com um índice muito elevado de 94,2%. Esses valores revelam uma grave deficiência estrutural no acesso a sistemas adequados de esgotamento sanitário para a população de baixa renda local (Gráfico 23).

Em contraste, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará apresentaram melhores condições, ainda que com desafios significativos. A RI Araguaia subiu de 53,5% em 2019 para 66,6% em 2023, enquanto o Pará variou de 43,2% para 51,3% no mesmo período. Apesar do crescimento desses percentuais, que indica retrocesso no acesso a soluções adequadas, os níveis registrados ainda são muito inferiores aos de Sapucaia, evidenciando que o município está em uma situação particularmente crítica quanto ao saneamento básico da população mais vulnerável (Gráfico 23).

A persistência de índices extremamente elevados de uso de fossas rudimentares em Sapucaia reforça a urgência de investimentos estruturais em saneamento básico voltados para áreas de baixa renda. Essa precariedade sanitária compromete a saúde pública, contribui para a degradação ambiental e limita a qualidade de vida da população. A priorização de programas de ampliação da rede de esgotamento e de melhorias habitacionais é imprescindível para reduzir esse grave problema e promover condições mínimas de dignidade para a população afetada (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 94,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, Sapucaia apresentou uma trajetória crescente nos gastos per capita com prevenção de desastres, destacando-se de forma significativa em comparação à RI Araguaia e ao estado do Pará. Em 2019, o município gastava cerca de R\$ 231 por habitante, aumentando para R\$ 393 em 2020, seguido de uma leve redução para R\$ 322 em 2021. A partir de 2022, houve forte aceleração, alcançando R\$ 554 e, finalmente, R\$ 626 em 2023. Esse comportamento

demonstra um esforço crescente da gestão municipal em investir em ações de mitigação de riscos e adaptação a eventos adversos (Gráfico 24).

A RI Araguaia e o Pará também apresentaram crescimento nesse indicador, mas em patamares inferiores. A RI Araguaia saiu de aproximadamente R\$ 230 em 2019 para R\$ 445 em 2023, enquanto o Pará foi de R\$ 260 para R\$ 426 no mesmo período. Embora ambos tenham mostrado evolução, o ritmo de cres-

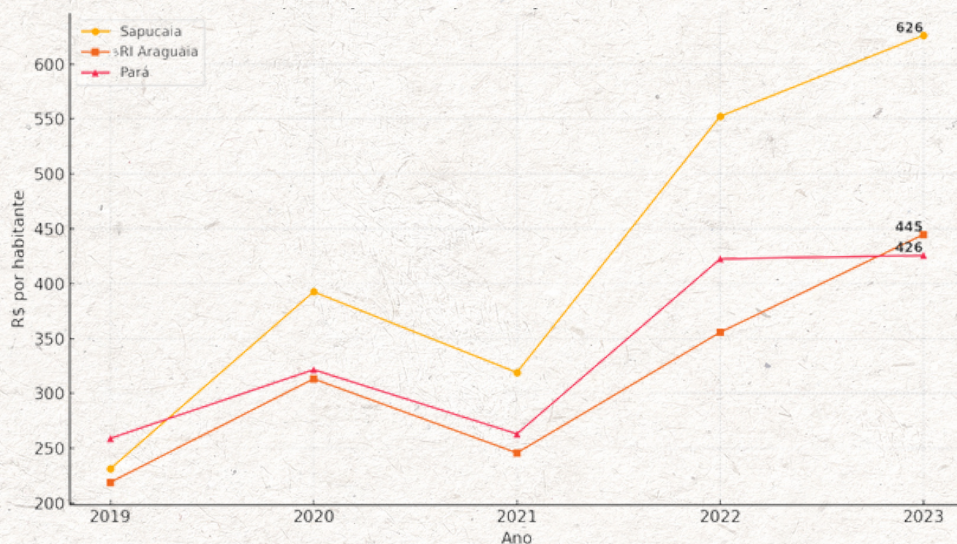
cimento e o valor absoluto dos gastos de Sapucaia foram bem superiores, o que reforça a prioridade dada pelo município à política de prevenção de desastres naturais e de origem antrópica (Gráfico 24).

A análise evidencia que Sapucaia

assumiu posição de liderança no investimento em prevenção de desastres dentro do contexto regional e estadual. Esse comportamento é estratégico para reduzir vulnerabilidades, proteger a infraestrutura e minimizar impactos

sociais e econômicos decorrentes de desastres. A manutenção e ampliação desses investimentos são fundamentais para consolidar a resiliência do município e melhorar sua capacidade de resposta a eventos críticos no futuro (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 626/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O desempenho de Sapucaia no indicador de despesa per capita com preservação aquática entre 2019 e 2023 foi bastante discreto, evidenciando baixos níveis de investimento. Em 2019 e 2023, os valores foram praticamente nulos, com pequena variação positiva apenas em 2020, quando o gasto per capita atingiu cerca de R\$ 6. Nos demais anos — 2021, 2022 e 2023 —, os gastos voltaram a ser irrelevantes ou inexistentes. Esse comportamento contrasta com o padrão observado na RI Araguaia e no estado do Pará (Gráfico 25).



A RI Araguaia apresentou investimentos consideravelmente superiores, com picos em 2020 (aproximadamente R\$ 217 por habitante), embora tenha registrado quedas nos anos seguintes, estabilizando-se em R\$ 24 em 2023. O estado do Pará manteve um desempenho ainda mais robusto, variando de R\$ 183 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com flutuações intermediárias. Ape-

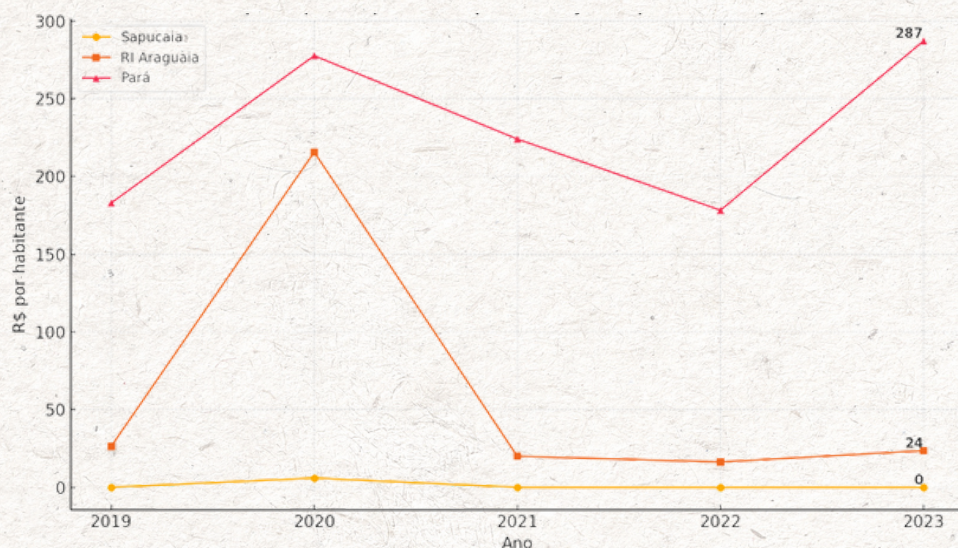
sar das oscilações, tanto a região quanto o estado demonstraram maior consistência na destinação de recursos para ações de preservação dos recursos aquáticos (Gráfico 25).

O comportamento de Sapucaia revela uma lacuna importante em investimentos voltados à preservação de ecossistemas aquáticos, o que pode gerar riscos ambientais e



comprometer o desenvolvimento sustentável local. A falta de atenção a essa área é preocupante, especialmente considerando a importância dos recursos hídricos para o equilíbrio ambiental e para a qualidade de vida das comunidades. Fortalecer a política de preservação aquática será essencial para alinhar o município às boas práticas ambientais adotadas em níveis regional e estadual (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total em Sapucaia manteve-se praticamente estável em torno de 9,4%, com ligeiras variações que não alteraram significativamente o cenário. Esse percentual é muito inferior aos valores registrados na RI Araguaia e no estado do Pará, onde as áreas de floresta representaram, em 2023, 49,8% e 65,1% da área total, respectivamente. Em Sapucaia, a cobertura florestal já é historicamente reduzida, indicando um território com vasto predomínio de áreas convertidas para outros usos, como agropecuária (Gráfico 26).

A Região de Integração Araguaia manteve um patamar relativamente constante até

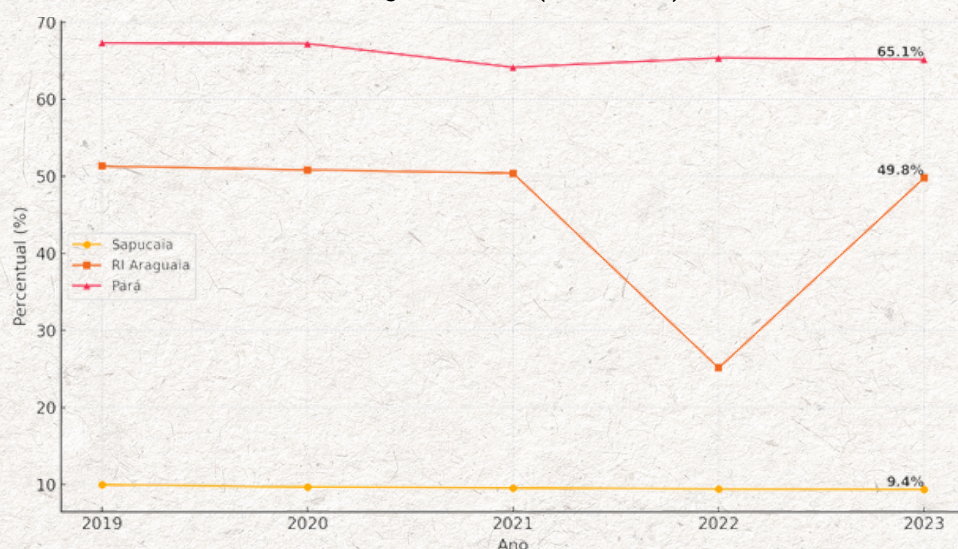
2021, mas apresentou queda acentuada em 2022, quando a área de floresta caiu para 25%, antes de se recuperar para 49,8% em 2023. Já o estado do Pará manteve uma estabilidade maior ao longo dos anos, apesar de pequenas oscilações. Essa estabilidade no estado sugere maior eficácia em políticas públicas de con-



servação florestal em nível estadual, enquanto as variações observadas na RI Araguaia indicam episódios localizados de maior pressão sobre os recursos florestais (Gráfico 26).

A baixa cobertura florestal de Sapucaia, somada à ausência de variações expressivas, aponta para uma realidade consolidada de pouca floresta remanescente, com limitações para recuperação ambiental espontânea. Esse cenário reforça a necessidade de ações voltadas tanto para a preservação do que resta quanto para políticas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, essenciais para a sustentabilidade ambiental do município e para o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O indicador de percentual da área desmatada em relação à área total em Sapucaia manteve-se extremamente elevado e estável entre 2019 e 2023, oscilando muito pouco em torno de 90%. Esse comportamento reflete um padrão histórico de intenso desmatamento, com pouca ou nenhuma reversão ao longo dos anos analisados. Enquanto a RI Araguaia apresentou variações mais expressivas — com aumento de 39% para 62% em 2022 e recuo para 40,2% em 2023 —, Sapucaia manteve praticamente todo o seu território desmatado, indicando pouca dinâmica recente de expansão ou retração de áreas naturais (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada foi muito menor e relativamente estável, variando de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023, refletindo melhor preservação ambiental no contexto estadual. A comparação evidencia a situação crítica de Sapucaia, onde o desmatamento histórico consolidou-se como a principal característica do uso da terra. A RI Araguaia também apresentou fragilidades ambientais relevantes, mas de forma menos extrema que Sapucaia (Gráfico 27).

Esse panorama de Sapucaia revela grandes desafios para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável local. A alta proporção de área desma-

tada reduz a capacidade de regeneração dos ecossistemas, aumenta a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e compromete o equilíbrio dos recursos naturais. Para enfrentar essa realidade, é necessário planejar ações robustas de reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e criação de alternativas econômicas sustentáveis que rompam com a lógica histórica de supressão ambiental (Gráfico 27).

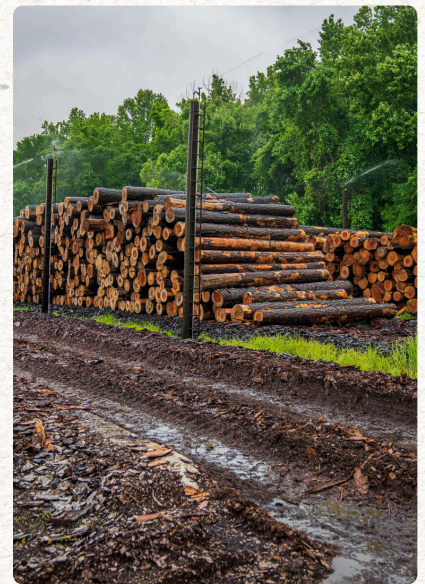
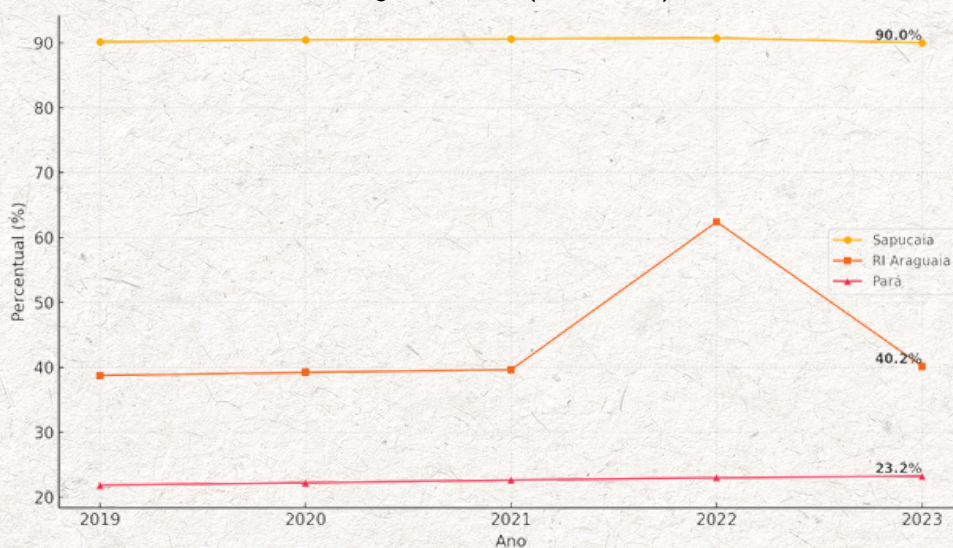


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

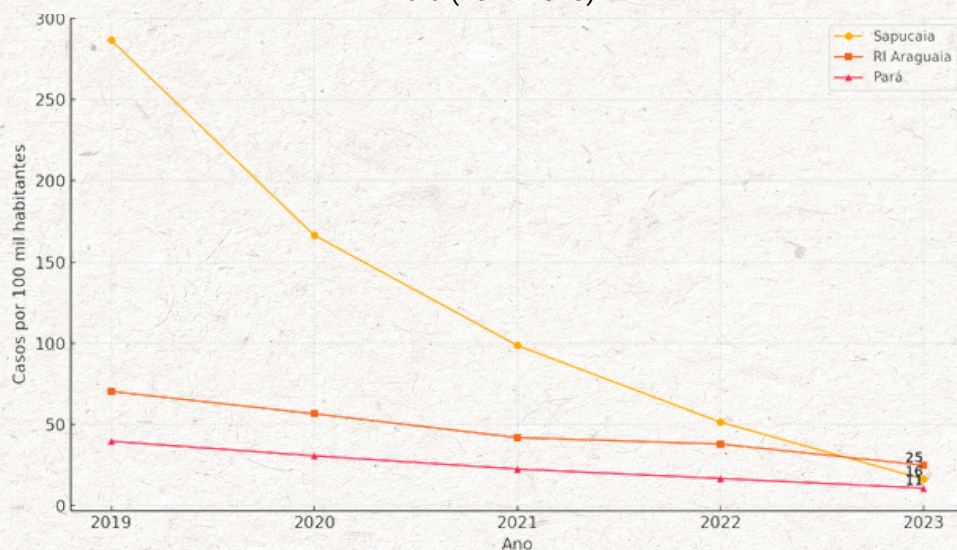
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes em Sapucaia apresentou uma queda muito expressiva. O município, que em 2019 registrava cerca de 288 casos por 100 mil habitantes — valor extremamente elevado —, reduziu esse número de forma contínua ao longo dos anos, chegando a apenas 16 casos em 2023. Essa trajetória de queda foi muito mais acentuada do que aquela observada na RI Araguaia e no estado do Pará, demonstrando um esforço significativo local no combate ao trabalho infantil (Gráfico 28).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador também caiu, mas de forma mais lenta, passando de aproximadamente 70 casos em 2019 para 25 em 2023. O estado do Pará manteve a tendência de redução, partindo de cerca de 40 casos para 11 casos no mesmo intervalo. Embora Sapucaia ainda apresente, em 2023, um valor um pouco superior ao do estado e da RI, o ritmo de redução foi notoriamente superior no município, evidenciando avanços consistentes na proteção de crianças e adolescentes contra o trabalho precoce (Gráfico 28).

A análise revela que Sapucaia, apesar de partir de um cenário crítico em 2019, conseguiu realizar um esforço expressivo para reduzir o trabalho infantil a níveis mais próximos dos padrões estaduais e regionais. A continuidade dessa tendência dependerá da manutenção e ampliação de políticas públicas específicas de proteção à infância, fortalecimento da educação e inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade. Consolidar esses avanços é essencial para erradicar o trabalho infantil de forma definitiva no município (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

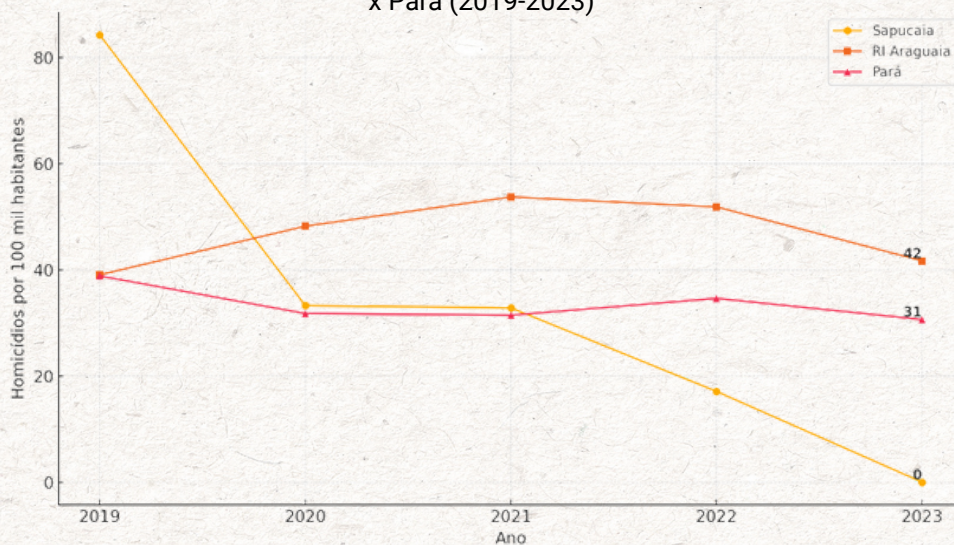
Entre 2019 e 2023, Sapucaia apresentou uma expressiva redução na taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Em 2019, o município registrava um valor alarmante de aproximadamente 85 homicídios por 100 mil habitantes. Já em 2020 e 2021, a taxa caiu drasticamente para cerca de 33 homicídios, manteve-se estável nesses dois anos, e em 2022 sofreu nova redução significativa para 17. Em 2023, o município zerou o indicador, registrando 0 homicídios por 100 mil habitantes, o que representa um resultado excepcional em termos de segurança pública local (Gráfico 29).

Em comparação com a RI Araguaia e o estado do Pará, o desempenho de Sapucaia foi notavelmente superior no período recente. Enquanto Sapucaia registrou quedas sucessivas e a eliminação do registro de homicídios em 2023, a RI Araguaia variou de 39 para 42 homicídios, e o estado do Pará se manteve relativamente estável, com pequena redução de 39 para 31 homicídios por 100 mil habitantes. Ou seja, apesar de começar o período com taxas mais elevadas, Sapucaia reverteu essa situação de maneira mais acelerada e consistente do que suas referências regionais e estaduais (Gráfico 29).

Essa expressiva melhora em Sapucaia pode refletir a eficácia de ações integradas de segurança pública, fortalecimento da prevenção comunitária e melhoria no acesso a serviços básicos e inclusão social. A eliminação dos registros de homicídios em 2023 é um marco que deve ser celebrado, mas também consolidado com políticas permanentes de prevenção da violência. Manter índices baixos ao longo do tempo exigirá esforços contínuos em educação, emprego, assistência social e fortalecimento das instituições de segurança e justiça no município (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

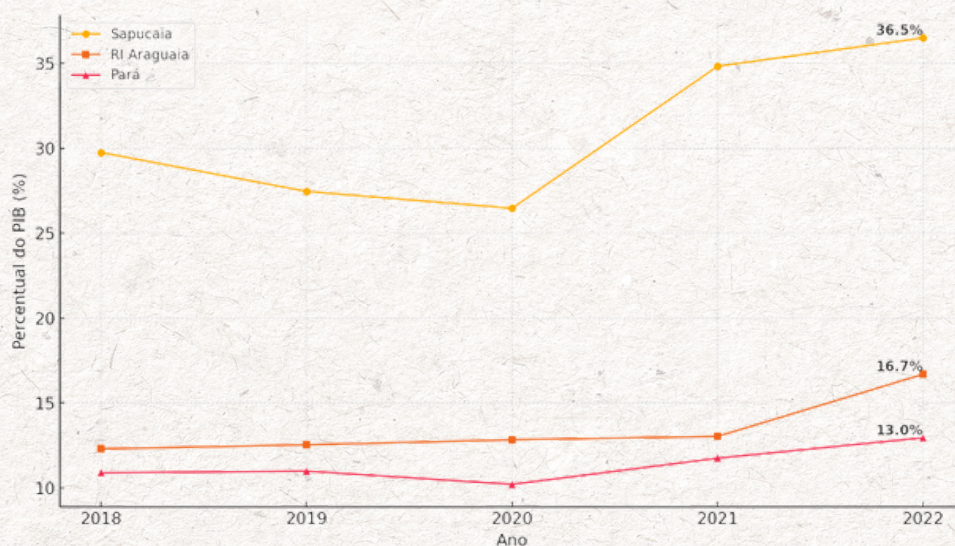
Entre 2018 e 2022, o município de Sapucaia apresentou uma trajetória de crescimento no gasto público municipal como percentual do PIB, partindo de cerca de 29,8% em 2018 para atingir 36,5% em 2022. Nos três primeiros anos, o indicador mostrou uma leve tendência de queda, chegando a 26,7% em 2020, mas a partir de 2021 houve uma recuperação significativa, com aumento expressivo para 34,7%, consolidando-se em um patamar ainda mais elevado em 2022. Esse comportamento revela uma ampliação da participação dos gastos públicos na dinâmica econômica local nos anos mais recentes (Gráfico 30).

Em comparação, tanto a Região de Integração Araguaia quanto o estado do Pará apresentaram níveis bem inferiores de gasto público em relação ao PIB ao longo do período. A RI Araguaia subiu de aproximadamente 12,3% em 2018 para 16,7% em 2022, enquanto o estado do Pará evoluiu de cerca de 10,7% para 13,0% no mesmo intervalo. Ainda que ambos também tenham apresentado crescimento, principalmente a partir de 2021, os percentuais foram muito mais modestos se comparados aos verificados em Sapucaia, o que indica que a dependência da economia local em relação aos gastos públicos é mais intensa no município (Gráfico 30).

Esse perfil de forte presença do gasto público no PIB de Sapucaia sugere que a administração municipal desempenha um papel central no dinamismo econômico local, o que pode ser positivo em termos de serviços e investimentos, mas também representa um fator de vulnerabilidade. Uma economia muito dependente dos recursos públicos fica mais suscetível a oscilações fiscais e mudanças nas políticas de financiamento público. Assim, a diversificação das bases econômicas e o estímulo a investimentos privados são estratégias importantes para equilibrar a estrutura econômica do município no médio e longo prazo (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

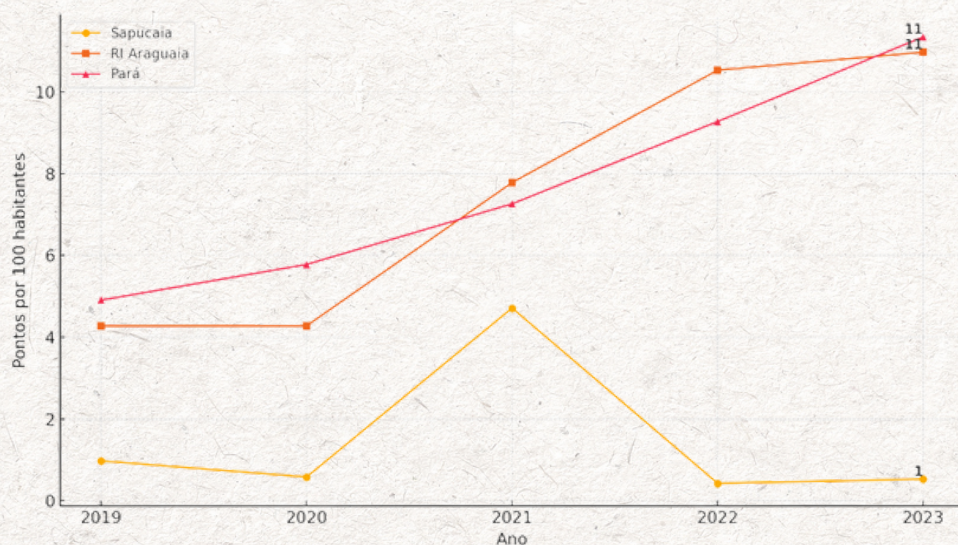
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Sapucaia apresentou uma taxa de acesso à banda larga fixa bastante baixa e instável. O indicador partiu de 1 ponto por 100 habitantes em 2019, caiu ainda mais em 2020, recuperou-se para 4,7 em 2021, mas voltou a cair drasticamente para níveis próximos de 1 nos anos de 2022 e 2023. Esse comportamento demonstra grande dificuldade do município em consolidar uma infraestrutura de internet fixa, com oscilações que revelam falta de expansão contínua e sustentável dos serviços de conectividade (Gráfico 31).

A Região de Integração Araguaia e o estado do Pará, por outro lado, apresentaram uma trajetória muito mais consistente de crescimento no acesso à banda larga fixa. A RI Araguaia elevou sua taxa de cerca de 4,3 pontos em 2019 para 11 em 2023, enquanto o Pará saiu de 5 para 11 pontos no mesmo período. Ou seja, tanto a RI quanto o estado conseguiram quase triplicar seus níveis de acesso, refletindo investimentos mais robustos em infraestrutura digital e ampliação do serviço de internet fixa para a população (Gráfico 31).

Essa discrepância evidencia uma importante deficiência de Sapucaia em acompanhar o ritmo de digitalização observado nas demais regiões. A baixa penetração da banda larga impacta diretamente o acesso da população a serviços de educação, saúde e oportunidades econômicas, limitando também o desenvolvimento de novos negócios. Para reverter esse quadro, será necessário promover políticas públicas específicas para expandir a cobertura de internet fixa e criar estímulos para a atuação de provedores privados, garantindo inclusão digital efetiva para toda a população do município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

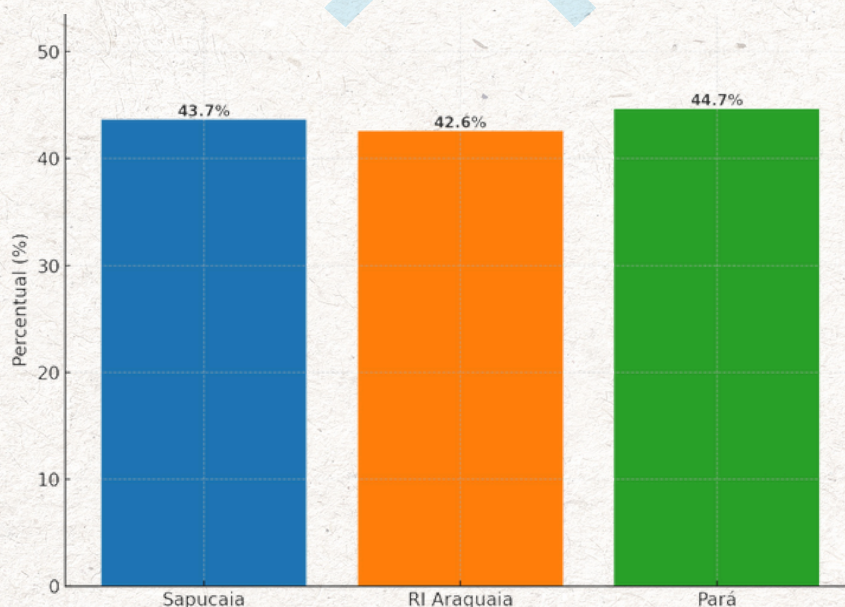
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Sapucaia** registrou um IDS de **43,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Sapucaia x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



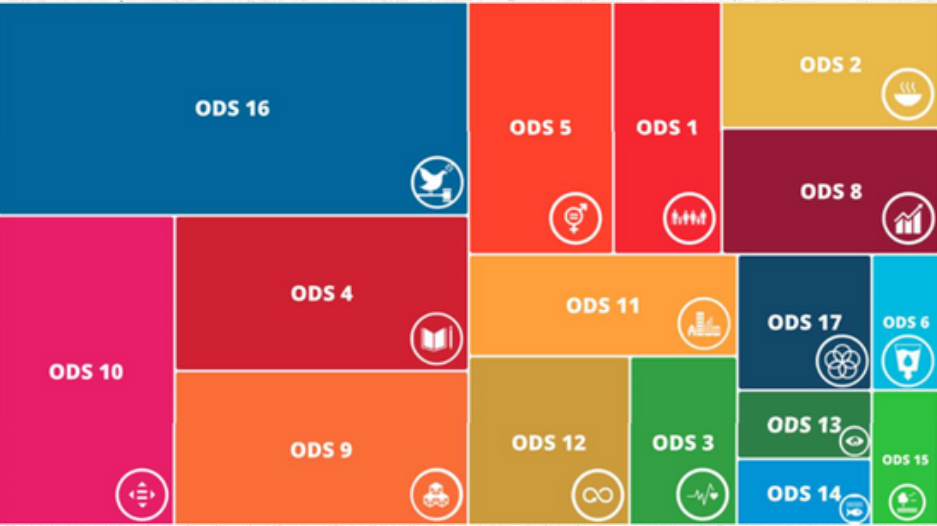
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

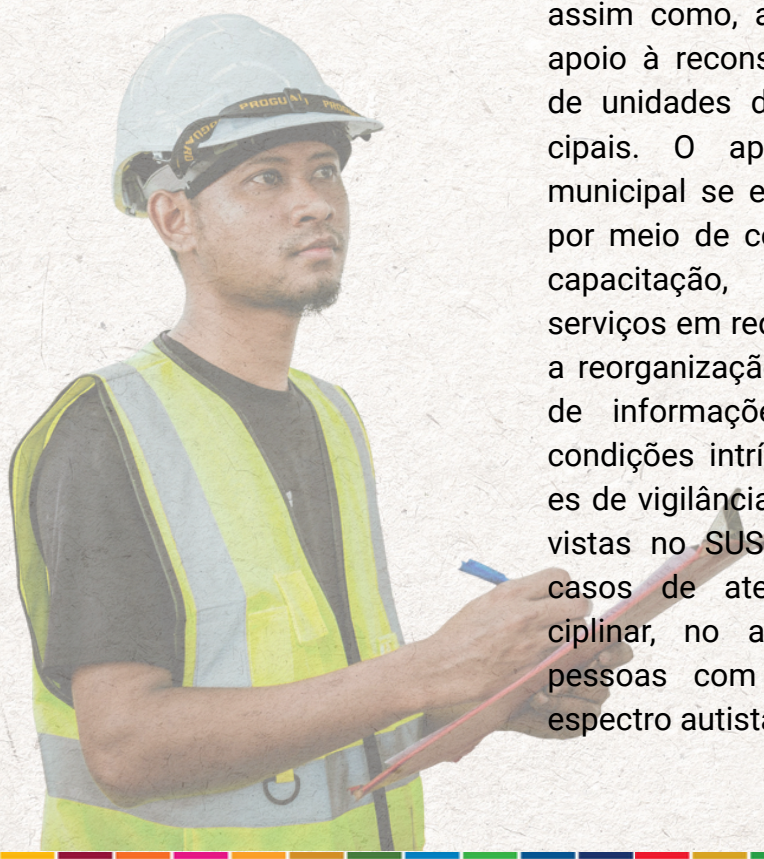


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusive economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às

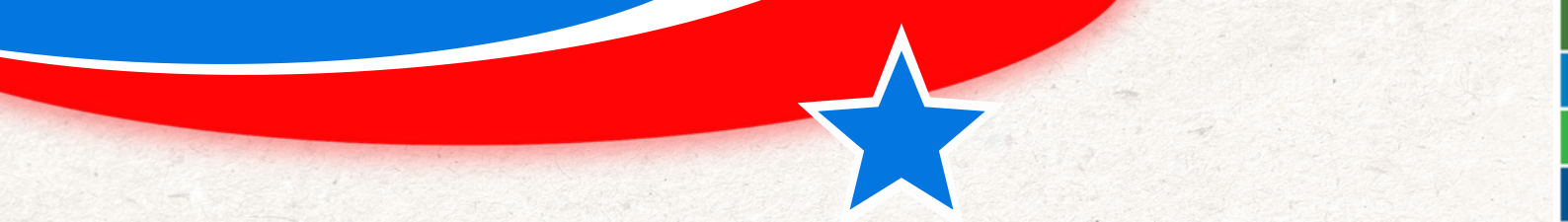
vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

